

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: O SETOR DE MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – O
caso da mina de carvão da Vale S.A. em Moatize

Ana Paula Saragossa

Prof.Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro (SP)

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

Ana Paula Saragossa

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: O SETOR DE
MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – O caso da mina de carvão
da Vale S.A.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2015

Ana Paula Saragossa

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: O SETOR DE
MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – O caso da mina de carvão
da Vale S.A.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. José Gilberto de Souza (orientador)

Prof. Dr. Samuel Frederico

Profa. Dra. Natália Freire Bellentani

Rio Claro, 02 de abril de 2015.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

Aos amigos queridos de luta e ao meu
marido, Ariel.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu Orientador e querido amigo José Gilberto de Souza. Sem seu apoio e paciência seria inviável este grande trabalho.

À FAPESP pelo apoio financeiro e institucional.

Aos meus amigos de caminhada e luta, Cecy Meire, Felipe Porto, Natália Guidetti e Vivian Reis. Obrigada pelo apoio e pelo carinho. Nossa amizade certamente será eterna.

À minha família, especialmente a minha mãe, Marilene e minha vó Jandira, que muitas vezes me deram apoio nos momentos que mais precisei.

Aos amigos de outras jornadas, amigas de infância, Loraine, Lauriany e Cristiane que acompanharam todo o meu crescimento profissional e pessoal principalmente.

Agradeço ao meu marido Ariel, companheiro de jornada pessoal, espiritual e profissional. Tenho a honra de compartilhar meus dias com um marido professor e geógrafo.

Gratidão eterna a todos.

“Mais do que máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que inteligência precisamos de carinho e bondade. Sem essas qualidades a vida será violenta, e tudo será perdido.”

Charles Chaplin – O Grande Ditador.

Resumo

Os processos de exploração mineral é um exemplo de acumulação por espoliação ocorridos em Estados fragilizados e dependentes econômica, social e institucionalmente. Esse processo determinam as lógicas territoriais, coletivas de apropriação da terra, e de organização social do trabalho, reflexos estes fortemente vivenciados em países africanos, particularmente, em Moçambique. O objetivo dessa pesquisa é estudar essas ações e processos geopolíticos entre os Estados brasileiros e moçambicanos através da empresa Vale S.A. e sua mina de carvão em Moatize.

Palavras-chaves: Geopolítica, acumulação por espoliação, imperialismo.

Abstract

The mining process is an example of accumulation by dispossession occurred in fragile states and dependent economic , social and institutional . This process determines the territorial logics of collective land ownership, and social organization of work, these reflexes strongly experienced in African countries , particularly in Mozambique . The objective of this research is to study these actions and geopolitical processes among Brazilian and Mozambican States through the company Vale SA and its coal mine in Moatize

Keywords: Geopolitics , accumulation by dispossession , imperialism.

Lista de Ilustrações

Figura 1: Mapa de Moçambique	35
Figura 2: Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique	45
Figura 3: Mapa do Corredor de Nacala	49
Figura 4: Locais das aldeias originais e reassentadas na província de Tete	56
Figura 5: IDH de Moçambique.....	63
Figura 6: PIB per capita, em US\$, segundo o PNUD	64
Figura 7: Moçambique: Comércio Exterior.....	65
Figura 8: Exportação de Produtos Tradicionais	65
Figura 9: Moçambique: Composição das exportações	66
Figura 10: Exportação dos grandes projetos	67
Figura 11: Destino das exportações.....	68
Figura 12: Direção das exportações em 2012.....	69
Figura 13: Origem das importações de Moçambique.....	70
Figura 14: IDE por países de origem em 2011	71

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo I – A acumulação primitiva, um processo contínuo?	15
Capítulo II – O Imperialismo como instrumento da acumulação por espoliação	23
II.I O Subimperialismo	30
Capítulo III - Histórico de Moçambique no Século XX e XXI.....	34
III.I Moçambique: colônia ou província portuguesa?	36
III.II Moçambique e a independência	38
Capítulo IV - Megaprojetos em Tete: O caso do projeto Moatize da Vale S.A.....	46
IV.I Vale em Moçambique	49
IV.II Questões fiscais	51
IV.III Os impactos ambientais.....	52
Capítulo V – Os reassentamentos da Vale em Moatize.....	55
V.I Problemas dos reassentamentos	57
Capítulo VI - Desenvolvimento econômico de Moçambique	62
Considerações Finais	73
Referências Bibliográficas.....	76

Introdução

A África contém uma riqueza cultural e ambiental, no entanto, seu histórico de exploração ocorre à longa data. Muitos Estados realizaram estratégias de ocupação territorial e exploração de suas riquezas e ainda o fazem. Ações colonialistas, de exploração e expropriação que se reverberaram em vários outros territórios, como no caso da formação socioeconômica do Brasil, que teve a mão de obra escrava por aproximadamente 350 anos, oriunda de diversos grupos tribais africanos. Observou-se que as ações realizadas por empresas multinacionais em territórios africanos ainda tem características de exploratórias, e chamou a atenção dessa pesquisa todo o movimento ocorrido em Moçambique pela multinacional brasileira Vale S.A.

A mudança das estratégias econômicas e geopolítica brasileira trouxe uma nova dinâmica nas relações com seus parceiros comerciais, que acabou influenciando nas empresas nacionais a investirem em novos territórios estrangeiros:

Considerando apenas os investimentos diretos no estrangeiro, o expansionismo de empresas brasileiras como a Petrobras, Gerdau, Votorantin, Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa é anterior aos governos Lula, mas foi especialmente incentivado no segundo mandato do ex-presidente (em alguns casos, tais como JBS, Marfrig, BRF Brasil Foods, produzido/alavancado por este). Por um lado, acompanhando a alta nos preços internacionais das commodities, tendo em vista a demanda do mercado asiático, as perspectivas de lucros por meio do controle de recursos estimularam a expansão especialmente em países vizinho. De outro, a prestação de serviços no setor de construção/engenharia pelas grandes empreiteiras foi incentivada pelos empréstimos públicos. (SOUZA, 2013, p. 11)

Essa abertura política brasileira pôde fazer com que empresas nacionais expandissem seus negócios em territórios africanos. Empreendimentos esses os quais são de domínio e conhecimento técnico e tecnológico, como, por exemplo, a agricultura intensiva e a mineração. (ELIA, 2012)

Esses empreendimentos pouco utilizam de mão de obra gerando empregos diretos e indiretos para os africanos, considerando que o conjunto maior de

contratos tem sido direcionado a trabalhadores estrangeiros, inclusive brasileiros, em decorrência do perfil de capacitação da força de trabalho na África.

Moçambique fica localizada na África Austral, parte do continente africano que nos últimos anos do Século XX se tornou do ponto de vista geopolítico e econômico, uma região estratégica para os Estados hegemônicos, por ser um país de alto potencial em exploração agrícola e mineral. Um país castigado por guerras, tem uma população aproximada de 25 milhões de pessoas e seu IDH é um dos mais baixos do mundo, sendo 0,327 em 2012, ocupando o 185 lugar no ranking mundial. (UNESCO, 2010 e PNUD, 2012).

Investimentos estrangeiros em recursos naturais, como a exploração de carvão é uma grande promessa para a retirada de um país devastado pelas guerras e pela pobreza da miséria. Segundo a HUMAN RIGHTS WATCH (2013) as empresas multinacionais têm investindo bilhões de dólares no país nos últimos 10 anos, sendo que uma delas faz parte do objeto de pesquisa deste trabalho, a mineradora VALE S/A.

O objetivo dessa pesquisa é entender as determinações territoriais decorrentes da instalação de empresas brasileiras no território moçambicano, particularmente a ação da Cia Vale S/A, e sua exploração de minérios em Moatize. O objeto de estudo é a perscrutar os impactos territoriais, considerando as mudanças das relações sociais de poder, os aspectos econômicos e a articulação entre Estado e capital, no processo que David Harvey denomina de acumulação por espoliação.

O capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas. Mas, tal como Luxemburgo observou convincentemente, é “constantemente difícil determinar, dentro do emaranhado de violência política e disputas de poder, as duras leis do processo econômico”. A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu *modus operandi* tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização. (HARVEY, 2006b, p. 111)

Neste processo, insere-se uma reflexão acerca da atuação da empresa e o conceito de desenvolvimento e como este sentido histórico do capitalismo justifica as articulações do Estado – Capital em território africano e consoma em uma prestidigitação das ações nefastas imperialistas. Em suma ocultando as

consequências de suas ações. Diante do exposto o presente relatório apresenta-se estruturado da seguinte forma:

O Capítulo I, “A acumulação primitiva, um processo contínuo?”, é uma análise teórica sobre a acumulação primitiva e acumulação por espoliação. O termo foi apontado por Karl Marx ao denominar de acumulação primitiva, o processo de formação do capital pré-capitalista e sua base estruturada na apropriação da natureza e do trabalho em uma escala quase que absoluta de exploração. A consequência disso foi a expropriação dos camponeses de suas terras e o desenvolvimento do trabalho assalariado. Porém, estudos recentes, principalmente do geógrafo David Harvey, apontam que esse processo ainda ocorre e se realiza concretamente na periferia do capitalismo mundial. No Capítulo II, O Imperialismo como instrumento da acumulação por espoliação, será feita uma análise das teorias que cercam este conceito, demarcando as dimensões territoriais que ele encerra, desde aquelas, ocorridas a partir do início do século XX, após o falecimento de Karl Marx, aos processos de ocupação territorial capitalista no mundo e a consolidação de subações ou prepostos do capitalismo central, concorrendo com as teorias de Subimperialismo, tema que será abordado pelo viés de Ruy Mauro Marini, procurando identificar se as ações de capitais brasileiros atuam com esta perspectiva neste território.

O Capítulo III, Moçambique: Processo histórico do país, objetiva-se apreender o processo histórico de formação deste país, apontando como recorte histórico a partir de 1975, quando o país proclama sua independência, consolida nos anos 1980 um regime socialista e nos anos 1990, uma mudança no regime e o processo de abertura do mercado para investimentos de outros Estados, decorrente de pressões internacionais, crises políticas, sociais e econômicas internas, em uma orientação neoliberal. Acrescenta-se a importância de compreender a economia de Moçambique e o papel da mineração na composição de sua balança de pagamentos e comercial.

O Capítulo IV, Análise da atuação da Vale em Moatize, procurar-se-á resgatar a história da Vale S.A., o processo de privatização da empresa, e analisar sua história em Moçambique. Entender quais projetos foram desenvolvidos, os efeitos e ações para com a população reassentada, e de que maneira os acordos de intervenção territorial foram estabelecidos e como se concretizam.

Capítulo V tratará a respeito dos reassentamentos e toda a problemática ocorrida desde a mudança da população da localidade da mina de carvão da Vale.

O Capítulo VI, que tratará das Considerações Finais, será a análise e a compreensão entre o complexo teórico desenvolvido nos primeiros capítulos, consolidando uma análise sobre as questões centrais dos processos de reprodução periférica do capital, as estratégias de acumulação, as relações imperialistas e subimperialistas e as determinações territoriais da Empresa Vale na exploração da mina de Moatze.

Capítulo I – A acumulação primitiva, um processo contínuo?

Segundo Marx (2013) a acumulação primitiva foi fundamental ao desenvolvimento econômico e ampliação das bases técnicas e, sobretudo, das transformações sociais para a instauração do capitalismo, processo esse, ocorrido principalmente no século XVI, responsável pela transição do Feudalismo para o Capitalismo.

A acumulação primitiva tornar-se, portanto, importante para entendermos como os capitalistas, ou burgueses, puderam ser detentores dos meios de produção e ampliar sua base de dominação produtiva, política e ideológica. Para o autor, esse processo se deu na forma de captação dos recursos que seriam necessários aos capitalistas. Assim foi possível possuir os meios de produção e obter a dominação sobre a força de trabalho dos proletariados.

Um processo que segundo Engels & Marx (2010) se estabelece a partir da mudança de paradigmas em toda a sociedade do século XV ao XVII.

Exatamente sobre estas profundas transformações sobre as estruturas produtivas e as relações sociais de produção que no século XXI, Harvey (2005) resgata apontando sua trajetória histórica pré-capitalista como recorrente. Por esse motivo, ele assim o chama de acumulação por espoliação.

Harvey (2006) explica que na teoria elaborada por Marx (2013) a acumulação de capital é a essência do capitalismo, ou seja, sem a acumulação o capitalismo não crescerá. Esse crescimento do capital está atrelado a um processo de contradições internas, o que o autor chama de tensões. Contradições geradas pelo excedente de mão de obra, meios de produção e mercado consumidor onde "(...) o capital é um processo de circulação entre produção e a realização. Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente as dimensões e as formas da circulação". (HARVEY, 2006a, p. 73).

Segundo Rosa Luxemburg (1983) a acumulação de capital ocorre de duas formas, que são distintas e necessárias para que se realizem. Uma é através da produção de mais-valia, processo feito entre o capitalista, detentores de meio de

produção, e o trabalhador assalariado. A outra forma se produz através das relações não capitalistas, que se estabelecem por meio de métodos de políticas coloniais, empréstimos internacionais, guerras e apropriação territorial. Essa é a linha de raciocínio que a autora utiliza para explicar a questão sobre imperialismo.

A desapropriação do camponês de seus meios de produção (a terra) torna-o assalariado. Ou seja, a partir desse momento ele precisa receber um salário para poder comprar os produtos que antes ele podia produzir diretamente. Esta lógica se estabelece como um processo de apropriação territorial, uma lógica de profunda acumulação e violência. (SOUZA, 2009; SOUZA, 2009a).

O que vai para o trabalhador como forma de salário é uma parte do produto por ele constantemente produzido. Esse salário pago ao trabalhador, somente é o suficiente para conseguir manter sua sobrevivência, apenas para conseguir comprar produtos elaborados por outros trabalhadores, e assim, dando lucro aos capitalistas. O salário do trabalhador serve para comprar a própria mercadoria feita por ele. (LUXEMBURG, 1983)

Até meados do século XV, Marx (2013) relata que os camponeses ingleses eram livres e economicamente autônomos até então. A partir do século XVI se iniciou um processo o qual o autor chamou de acumulação primitiva ou original:

O capitalismo aparece e se desenvolve historicamente num meio social não-capitalista. Nos países europeus ocidentais, o capitalismo está cercado, primeiramente, pelo meio feudal de cujo seio surge – a servidão da gleba no campo, o artesanato da corporação na cidade – e, posteriormente, desaparecido o feudalismo, um meio onde predominam a agricultura camponesa e o artesanato, isto é, produção simples de mercadorias, tanto na agricultura como na indústria. Além disso, cerca o capitalismo europeu uma enorme zona de culturas não-européias, onde se encontram todas as formas sociais em diferentes graus de evolução, desde as hordas primitivas comunistas de caçadores nômades até a produção camponesa e artesã de mercadorias. É no meio desse ambiente que se abre o caminho para o processo da acumulação primitiva. (LUXEMBURG, 1983, p. 317)

A desapropriação do povo do campo é um marco para Marx (2013) sobre a mudança de sistema econômico entre o feudalismo e o capitalismo na Inglaterra, berço do atual sistema econômico. Marx chama esse processo de acumulação primitiva, pois este constitui a pré-história do capital:

Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E

desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2013, p. 785)

Para Marx (2013), a acumulação primitiva é o processo histórico que separa o camponês, que obtinha seu meio de produção, da terra. O camponês desapropriado, a partir de então, teve que trabalhar para terceiros em suas antigas terras para poder se sustentar.

Esse é o processo histórico o qual produz a relação capitalista entre os que detêm o meio de produção, chamado por Marx de burgueses, e aqueles que oferecem a força de trabalho, chamado então de proletariados. Ou seja, a acumulação primitiva, em poucas palavras, é a separação do trabalhador das condições de realizar o seu trabalho. “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação ente produtor e meio de produção.” (MARX, 2013, p. 786)

Além disso, Marx (2013) explica que esse movimento histórico que transformou o servo em assalariado, a primeiro momento, parece que este ganhou a liberdade. Porém, o que ocorreu foi a retirada dessa população camponesa de seu meio de produção, sendo que a partir desse momento precisa vender sua força de trabalho para poder obter sua subsistência:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletariados absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. (MARX, 2013, p. 787)

No feudo era garantido para o camponês seu espaço para poder produzir e garantir a sua subsistência. No sistema Capitalista, o salário não é suficiente para suprir as necessidades existentes, pois para garantir a acumulação de capital, é necessário extrair a mais-valia dos trabalhadores.

O Capitalismo, então, continuou a ser uma forma de opressão contra a população oprimida. O que mudou apenas foi a forma de exploração.

Para Marx (2013) a expropriação dos produtores diretos de seu meio de produção significa a criação da propriedade privada. Agora “solução” está fundada no trabalho assalariado. Aqueles que viviam da terra teriam que trabalhar para terceiros, receber um salário para poder comprar uma propriedade para poder produzir. Apesar de parecer justo, o problema está no que se recebe do capitalista, pois para poder acumular ele precisa extrair a mais-valia, então, dessa maneira, os assalariados recebem pouco para conseguir obterem uma propriedade privada, por exemplo. Esse processo de expropriação da população camponesa, na visão de Marx (2013), é a pré-história do capitalismo:

(...) a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. Esta compreende uma séria de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, são suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2013, p. 831)

Entretanto, foi observado por outros autores, como Rosa Luxemburg, que essa prática ainda ocorre para que o capital possa ser acumulado continuamente. Em 1982 David Harvey, em seu livro *The limits to capital*, elabora um conceito de acumulação por espoliação, conceito que o autor desenvolve de forma mais precisa ao lançar uma análise sobre as mudanças estruturais do capitalismo mundial em seu livro *O Novo Imperialismo*. O autor aponta que:

Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou original no âmbito da longa geografia histórica da acumulação de capital é, por conseguinte muito necessária, como observam recentemente vários comentadores. Como me parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esse termo pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2005, p. 120)

Para Harvey (2005) a acumulação primitiva, ao contrário do que se pensava Marx, ela não é primitiva, mas necessária para a perpetuação da acumulação de capital. Ele afirma que todo processo ocorrido na era pré-capitalista como a expulsão violenta de populações, o comércio de escravos, a usura, o monopólio da violência exercida pelo Estado e tantas outras ações ainda ocorrem nos tempos atuais para que o capital possa ser acumulado.

A acumulação primitiva, segundo Lencione (2012) e Harvey (2005) é um processo constante à sociedade contemporânea. A primeira autora entende que é primitivo na sua forma, no sentido oposto de moderno. E que dessa forma, a acumulação primitiva e a reprodução do capital estão atreladas intrinsecamente dentro do processo histórico do capitalismo, sendo ambas contraditórias e dialéticas. Ocorre que, na visão de Lencione (2012) a acumulação primitiva, no contexto atual, acabou superando a reprodução do capital.

Lencione (2012) afirma, em concordância com Harvey (2005), que essa acumulação primitiva esta relacionada com o processo de espoliação. Segundo a autora, a espoliação significa “privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos” (LENCIONE, 2012, p.2).

Já o processo de reprodução de capital, está atrelado à exploração que “se vincula aos diversos procedimentos que buscam se apossar do lucro, por meio da sujeição da posse e do domínio da propriedade privada” (LENCIONE, 2012, p. 2).

A diferença entre as duas formas de acumulação de capital é que a primeira é a produção de um novo capital, e a segunda faz parte de um capital já realizado, ao qual se agrega mais capital a ele, através da exploração de trabalho.

Luxemburg (1983), intelectual de origem polonesa e militante do Partido Social Democrata Alemão, afirma que existem duas formas de acumular o capital. Uma é através da mais-valia. A segunda é através da violência, da pilhagem, da fraude e da opressão, apontando que para entender a acumulação do capital, é necessário avaliar essas duas formas conjuntamente.

Então surge uma questão, quando acontece a acumulação por espoliação e por que ela ocorre?

Essa acumulação por espoliação ocorre, segundo Harvey (2005), nas eras das crises cíclicas do capitalismo, quando há um desequilíbrio demasiado de acumulo de capital, ou seja, a extração de mais-valia foi tanta que não há mais outra

maneira de reinvestir o capital a não ser através da expansão geográfica o que se consubstancia nas atividades imperialistas.

Luxemburg (1983) propõe que isso ocorre por falta de demanda para consumir, pois a exploração do trabalhador se colocou em elevado grau, que este não consegue consumir com seu salário. Por esse motivo, há a necessidade dos capitalistas investirem em formas de acumulação não capitalistas, pois somente dessa forma é possível adiar uma crise. Ou seja, para tornar o capitalismo estável Luxemburg (1983) acredita que é necessário manter territórios não capitalistas e fazer com que esses territórios consumam os produtos fabricados em excesso. Essa teoria é chamada pela autora de subconsumo, também apontada pelos primeiros críticos do imperialismo como Hobson e Hilferding.

Outra teoria que explica os motivos da acumulação não capitalistas é a teoria da sobreacumulação, defendida por Harvey (2005), a qual nessa pesquisa levará como a mais próxima da realidade do nosso objeto de estudo. Não significa desconsiderar as proposições teóricas de Luxemburg (1983), mas em analisar em que medida a sobreacumulação pauperiza as populações e que a lógica da circulação mundial dos produtos, garante a reprodução em espacialidades distintas da espacialidade da produção, permitindo a existência de padrões acumulativos que se caracterizam como primitiva, ou espoliação, realidade dada pelo capitalismo contemporâneo.

A teoria da sobreacumulação, para Harvey (2005) significa a ausência de investimentos que geram lucro como problema central. O autor explica que aquilo que Luxemburg (1983) coloca como questão central, pode ocorrer, mas o que gera a necessidade de se acumular via espoliação é o excesso de concentração de capital. Por esse motivo, há a necessidade de explorar novos territórios, não capitalistas, para que esse capital concentrado possa continuar a gerar um fluxo contínuo de acumulação. O processo de sobreacumulação começa a ser crônico a partir da década de 70, quando se dá início ao projeto neoliberal das privatizações.

A função da acumulação por espoliação é a liberação de um conjunto de ativos a baixo custo, para que dessa forma se possam gerar valores, através do capital sobreacumulado e assim, fazer com que esse ativo tenha um fim lucrativo para aquele capital parado, sobreacumulado. A desvalorização dos ativos está atrelada as forças externas, ou seja, ao controle do sistema financeiro internacional,

como observado pela Luxemburg (1983), os empréstimos bancários, utilizado para o controle de interesses de uma burguesia internacional. Ou seja, segundo Harvey (2005), a função do Estado e das instituições internacionais é organizar a desvalorização para que aconteça a acumulação por espoliação sem que se realize um colapso generalizado:

A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo, contudo possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar o *hegemon* e ao mesmo tempo deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une a acumulação por espoliação e a reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado. (HARVEY, 2005, p. 126)

A expansão em territórios não-capitalistas é necessária, pois são oportunidades lucrativas. Lucrativas essas, pois são lugares onde o preço da terra, da mão de obra e dos insumos são relativamente baixos, e dessa forma, o investimento do capital sobreacumulado terá um retorno financeiro rápido. Além disso, há a questão da conquista de novos mercados consumidores.

O capitalismo, a todo instante, precisa recorrer a algo externo, criando necessariamente seu próprio “outro”, ou seja, é necessária que ocorra uma dialética entre interior e exterior para que consiga cumprir seu objetivo máximo, que é a acumulação de capital. O interior colocado por Harvey (2005) aqui é interpretado pelas maneiras capitalistas de produção e a forma exterior. Seria a maneira não capitalista de acumulação, a qual seria via espoliação:

A acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado. As motivações podem ser internas (como no caso da China) ou impostas a partir de fora. (HARVEY, 2005, p. 128).

Assim continua o autor que “a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão”. (HARVEY, 2005, p. 122). Além dessas formas de espoliação, Harvey (2005) cita outras, como por exemplo, a violação da propriedade intelectual, a biopirataria, a exploração dos recursos naturais, a pilhagem recursos genéticos, exploração cultural de povos, e assim por diante.

Dessa forma surgiram no século XIX e XX os neocolonialismos africanos e indianos, no Século XXI, guerras com podemos observar a do Iraque, exemplo a qual levou ao Harvey escrever o *Novo Imperialismo*, e tantas outras guerras que ocorreram, ocorrem e ocorrerão.

A acumulação por espoliação aparece nesse momento histórico através dessas ações depredatórias de empréstimos e privatizações de recursos aos quais era pertencente ao Estado, maneira de investir o capital sobreacumulado pelos Estados Desenvolvidos (HARVEY, 2005, 2006a, 2006b)

Capítulo II – O Imperialismo como instrumento da acumulação por espoliação

A teoria do Imperialismo é uma teoria póstuma à Marx, elaborada por outros autores aos quais usaram das categorias elaboradas por ele apontadas para desenvolvê-la. A teoria do imperialismo é importante para entendermos como o capitalismo produz novos espaços de acumulação, onde a teoria geral de Marx aponta para a necessidade de expandir e intensificar geograficamente. A Teoria do Imperialismo explica de que maneira isso ocorre. (HARVEY, 2006)

Segundo Hardt & Negri (2010) os principais argumentos do pensamento marxista sobre essa temática do imperialismo estão atrelados em uma relação intrínseca entre capitalismo e expansão territorial. Para os autores, Marx explica que “o capital constantemente opera mediante uma reconfiguração das fronteiras do interior e do exterior” (HARDT & NEGRI, 2010, p. 242).

O pioneiro a tratar sobre esse tema foi John. A. Hobson, o qual escreveu o livro *Imperialismo: um estudo* em 1902. Sua obra é uma crítica às práticas britânicas sobre as guerras ocorridas entre a Inglaterra contra a África do Sul e a China. Para Marcondes (2006) Hilferding explica que o imperialismo é uma ideologia que objetiva garantir relações de dominação e o lucro das grandes empresas em outros Estados:

(...) a política imperialista do capital financeiro estava apoiada na ampliação do espaço econômico, no protecionismo desse espaço contra a concorrência estrangeira e na sua exploração pelas associações monopolistas nacionais. (MARCONDES, 2006, p. 5)

Hobson entende que o imperialismo é uma forma a qual a Inglaterra exerce seu poder para que este consiga mercados para seu excedente de mercadorias. Porém, ele salienta que a solução para esse problema poderia ser resolvido internamente, já que existia população para poder consumir esse excesso de produção, porém sem renda para fazê-lo. A concentração de riqueza será a consequência do rentismo e da especulação de territórios coloniais. Além da exploração do próprio povo inglês, agora também a Inglaterra explora povos

colonizados. Apesar de ser liberal, este foi inspiração para autores como Lenin (2008) e Luxemburg (1983). (BUGIATO, 2007) e (AMARAL, 2012)

Em 1910, Rudolf Hilferding escreve o livro *O capital financeiro*. Em seu livro ele analisa a formação dos cartéis e trustes, e a questão do monopólio formado por estes através da atuação dos bancos. No início do século XX foi iniciado o processo de financeirização das empresas, processo esse crucial nos estudos de Hilferding, pois foi desse processo de financeirização que foi possível a formação de monopólios. O papel do Estado é fundamental, segundo Del Roio (2005), pois é através de seu poder que ele consegue adentrar a mercados consumidores externos, além de explorar recursos e mão-de-obra barata.

Dessa capacidade organizativa e racionalizadora do capitalismo, Hilferding deduzia que a guerra seria contornável e que o conteúdo da revolução seria a passagem do capitalismo organizado (pelo capital financeiro) ao poder operário, enfatizando os aspectos de planejamento presentes na economia e no Estado. Assim, do capitalismo organizado e imperialista, Hilferding deduz um socialismo de Estado. (DEL ROIO, 2005, p. 3)

Karl Kautsky, que participava do movimento socialista junto a Rosa Luxemburg e Lenin, a II Internacional, no início do século XX, escreveu muitos artigos onde abordou o problema do imperialismo. Segundo Del Roio (2005), Kautsky tem uma perspectiva reformista, e acredita que a guerra e o imperialismo seria um desvio do processo do capitalismo, que diferente de outros autores como Lenin (2008) e Luxemburg (1983). Estes acreditam que o imperialismo faz parte do sistema capitalista. Para Kautsky, essa questão do imperialismo poderia ser resolvida dentro da perspectiva capitalista, o que ele denominou de ultra-imperialismo, onde ocorreria um mercado mundial unificado e pacífico em um único truste. Hardt & Negri (2010) colocam sobre esse ponto da seguinte maneira:

Os magnatas do capital poderiam se unir num único truste mundial, substituindo a competição e a luta entre capitais financeiros de base nacional por um capital financeiro unido internacionalmente. Podemos, com isso, imaginar uma fase do futuro, sustentava ele, em que o capital adquira uma subordinação e uma resolução pacífica, nas quais não um banco unificado, mas forças de mercado e monopólios razoavelmente regulados por Estados poderiam ter êxito, de alguma forma, em determinar a equiparação global da taxa de lucro. (HARDT & NEGRI, 2010, p. 250).

A sua contribuição para o entendimento dos monopólios é importante para a questão da compreensão do imperialismo. A problemática dessa posição, apontada

por Lenin (2008), é a posição política a qual Kautsky se coloca em uma posição pacífica diante das mazelas do mundo, além de achar que a teoria proposta por Kautsky não ser marxista. A tese de Lênin sobre o imperialismo é a antítese de Kautsky.

Rosa Luxemburg, 1913, publica seu livro *A acumulação do capital*, onde a autora traz a questão do imperialismo através da reprodução ampliada do capital. Em sua tese, Luxemburg aborda que essa reprodução ampliada do capital é retirada dos trabalhadores, seja ele agrícola ou industrial, através da mais-valia, e a outra forma está também atrelada as formas não-capitalistas de acumulação de capital, onde essa ocorre através dos espaços naturais e sociais pré-capitalistas:

O capitalismo necessita para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas não-capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para o seu sistema assalariado. (LUXEMBURG, 1983, p. 317)

Dessa forma, ela explica que quando a economia é natural, não existe a necessidade consumir produtos externos a aqueles existentes, pois nessa forma de economia, o que se produz é necessariamente aquilo que se precisa:

O capital pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de economia natural. Em todas as formações de economia natural – comunidades camponesas primitivas com propriedade comum da terra, relações de servidão feudal ou outras quaisquer – o que a define é a produção em função das necessidades domésticas, e por isso mesmo não existe ou é escassa a demanda de mercadorias estrangeiras e, de modo geral, não há excedentes de produtos próprios ou pelo menos nenhuma necessidade premente de dar saída a produtos excedentes. (LUXEMBURG, 1983, p. 317).

Então, como não há a necessidade de consumir além do necessário, o capital encontra barreiras dentro da economia natural. E dessa forma, o capital luta contra esse tipo de economia para que se atendam as suas necessidades. Luxemburg (1983) coloca que nessa luta estão empregados os métodos violentos, como a guerra e a revolução, outros métodos como a pressão tributaria do Estado e o barateamento das mercadorias.

Segundo a autora, ela pontua alguns itens ao qual o sistema capitalista precisa se impor sobre a economia natural, os quais são a apropriação de fontes de forças produtivas, como os minérios, terras, ou seja, os recursos naturais; libertar os

operários e, dessa forma, fazer com que esses trabalhem para o capital; introdução da economia de mercado e a separação da agricultura do artesanato:

A separação da agricultura do artesanato, a eliminação das indústrias rurais da economia rural, constituem um último e muito importante capítulo da luta contra a economia natural. (...) O desenvolvimento da produção capitalista extirpou da economia rural todos os seus setores industriais existentes, para concentrá-los na maciça produção industrial. (LUXEMBURG, 1983, p. 343)

Para Luxemburg (1983) é através da acumulação primitiva, que esse processo será iniciado, como discutido no capítulo anterior. Ela acredita que o capitalismo necessita obter outros caminhos além do comércio de mercadorias.

Por consequência, a acumulação de capital não pode aguardar o crescimento natural da população de trabalhadores, a decomposição de territórios não-capitalistas, para a passagem à economia de mercado. A mudança necessita ser rápida dada a capacidade de acumulação repentina de capital. Dessa forma, então, Luxemburg acredita que a única forma de isso ocorrer é através do uso da violência, explicitada por meio de ocupações militares em colônias, populações indígenas são dizimadas. Este é o resultado do choque entre o capitalismo e as economias naturais.

Harvey (2005) utiliza desse conceito elaborado por Luxemburg para desenvolver a acumulação por espoliação, já discutida no capítulo anterior.

Nikolai Bukhárin, em 1915, escreve o livro *O imperialismo e a economia mundial*, livro traça a relação entre os monopólios e o imperialismo, que através das exportações de capitais, constrói o processo de acumulação de capital. Diferente de Luxemburg que acreditava na possível estagnação da economia através da conquista total dos espaços não-capitalistas, Bukhárin entende que o capitalismo sempre se desenvolverá de uma forma organizada e se renovará. A questão central para Bukhárin é a existência de uma economia mundial, onde a origem estaria “no desenvolvimento e internacionalização das forças produtivas” (DEL ROIO, 2005, p. 5). A economia mundial, sobre o ponto de vista de Bukhárin, seria uma economia heterogênea, com um mundo dividido em dois tipos de países: imperialistas e colonizados, colocando aqui uma perspectiva da divisão internacional do trabalho.

Essa era também uma divisão social do trabalho, pois que a zona colonial constituía o amplo campo do mundo. Bukhárin sugere então a importância que o campesinato viria a assumir no processo revolucionário na Rússia e na zona colonial. (DEL ROIO, 2005, p. 5)

Os Estados Imperialistas, no raciocínio de Bukhárin, por conta das formações dos monopólios viriam os conflitos se diminuindo, sendo assim:

Haveria assim uma tendência a se formar um capitalismo organizado capaz de ampliar o seu domínio e capacidade de exploração sobre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, o Estado imperialista teria capacidade de angariar apoio de parte da classe operária, submetida à ideologia nacionalista e reformista. (DEL ROIO, 2005, p. 5)

A luta entre os Estados imperialistas a cerca do controle dos monopólios, segundo Bukhárin, seria pela expansão territorial, a conquista de novos territórios sob guerras, e através da exportação de capitais.

Em 1916, em meio à censura czarista, Vladimir Ilitch Lenin escreve o livro *O Imperialismo – Fase superior do Capitalismo*. Ele aponta que o imperialismo é o capitalismo do predomínio dos monopólios e do capital financeiro, onde se iniciou a repartição do mundo pelos trustes internacionais e terminou dividindo a Terra entre os maiores países capitalistas. Em sua tese Lenin afirma que o imperialismo, através do monopólio, acabou por eliminar a ideia principal do capitalismo, a livre concorrência.

Segundo o próprio autor, ele utilizou a obra do inglês J.A. Hobson, e em seu livro Lenin ainda utiliza-se das teses de Hilferding e Kautsky, através de uma análise crítica a esses autores, elaborando uma antítese através de exemplos e contribuições originais do próprio autor, criando sua tese sobre o assunto. (LENIN, 2008)

Segundo Hardt & Negri (2010) apesar de Lenin não concordar politicamente com as posições desses autores, o capitalismo pacífico, Lenin (2008) utiliza de suas teorias para poder chegar às conclusões elucidadas em sua obra:

(...) Lenin adotou a hipótese de Hilferding de que o capital entrou numa nova fase de desenvolvimento internacional definida pelo monopólio, e de que isso levou a um aumento das contradições e a uma crise de equiparação. Ele não aceitou, porém, que a utopia de um banco internacional unificado pudesse ser levada a sério, e que uma *Aufhebung* (subordinação) capitalista da crise ainda fosse possível. (HARDT & NEGRI, 2010, p.250).

Lenin (2008) faz críticas à teoria de Kautsky, ultra-imperialismo a todo o momento, demonstrando argumentos sobre como ele poderia estar errado e o quão utópica é a tese de Kautsky. (LENIN, 2008) e (HARDT & NEGRI, 2010).

Para Lenin (2008) o imperialismo é a consequência do desenvolvimento do capitalismo. A partir de seu alto grau de desenvolvimento, o imperialismo que, ao

mesmo tempo é uma consequência, se tornou sua antítese. Isso é explicado através da lógica da livre concorrência, pois a partir do momento em que esses monopólios são formados, eles se tornam o oposto da livre concorrência, eliminando empresas as quais, através de trustes e cartéis:

A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrario da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por uma ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições e conflitos de interesses particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior. (LENIN, 2008, p.89).

A grande contribuição de Lenin para a Teoria do Imperialismo é a sua explicação de suas estruturas e consequências políticas. A sua compreensão sobre a dinâmica imperialista foi importante para entendermos de que maneira ocorre o desenvolvimento do capitalismo internamente e externamente, e como o imperialismo acaba sabotando o próprio capitalismo. O imperialismo aparece como uma consequência lógica, dialética e ao mesmo tempo, um próprio obstáculo para o seu desenvolvimento.

Segundo Harvey (2005) o Imperialismo da era capitalista, iniciado pelos britânicos, aparece através de uma relação dialética entre as lógicas do território, através da constituição dos Estados nacionais, e o poder capitalista. Essas lógicas estão intrinsecamente ligadas, pois para poder expandir as relações de poder capitalistas é necessário o território, em determinados espaços e tempos distintos.

Aquilo que Arrighi denomina de lógica “territorial” do poder e lógica “capitalista” do poder são lógicas que diferem muito entre si. Em primeiro lugar, as motivações e os interesses dos respectivos agentes divergem. O capitalista que dispõe de capital financeiro deseja aplicá-lo onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital. Os políticos e homens de Estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. (HARVEY, 2005, p.32)

A lógica imperialista surgiu perante a incapacidade de encontrar outras soluções internas para o problema da sobreacumulação de capital. Segundo Harvey

(2005) essa incapacidade está relacionada com a estrutura de classes interna. Esta bloqueava a aplicação do capital excedente em larga escala na reforma social e investimentos de infraestrutura para a própria população.

Além disso, as intervenções militares é a garantia para que o poder hegemônico de determinado Estado possa ser empregado. Assim dessa forma, é possível que os interesses sejam atendidos, formando uma relação assimétrica entre os Estados a favor do poder hegemônico.

O livre mercado e o mercado financeiro, de capital aberto, segundo Harvey (2005), é a maneira primária que o monopólio tem para obter vantagem para sua própria perpetuação. Naqueles territórios onde não há ainda o livre mercado, a acumulação por espoliação é o instrumento utilizado para forçar a abertura desses mesmos, que seja por meio do FMI ou da OMC acompanhado pelo poder dos Estados Unidos principalmente, e que atingem de forma mais profunda os países produtores de produtos primários assolando o campo. (LANGA, SOUZA, HESPANHOL, 2012; SOUZA, 2009).

Toda essa problemática está atrelada ao problema crônico da sobreacumulação de capital, a qual está associada a uma recusa em não resolver os problemas através da reforma interna:

O aumento da importância da acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatizações, se acha vinculado com a visitação de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo. E esse parece ser o cerne da natureza da prática imperialista contemporânea. (HARVEY, 2005, p. 148).

A questão do imperialismo, sobre a óptica de Harvey (2005) está atrelada a resolução de problemas de sobreacumulação, através da expansão geográfica, esses os quais geram conflitos geopolíticos, como, por exemplo, ocorridos no início do Século XX com as Guerras Mundiais, onde a liderança a partir de 1945 é transferida para os Estados Unidos.

Anos 70, novamente se repete o problema de sobreacumulação ocorrido no começo do século, com um controle implícito, colocando os países subdesenvolvidos sob a dependência financeira de grandes instituições internacionais, através de empréstimos do FMI, consolidando dependência política e tecnológica a estes países, sob a égide da Guerra Fria.

A partir da globalização, a financeirização dos mercados globais, assim como a abertura do mercado de lugares não-capitalistas, abriu “ranhuras” aos quais Estados que exercem o imperialismo pudessem entrar, seja na forma de espoliação ou não.

A abertura dos mercados globais de mercadorias e de capital criou ranhuras por onde outros Estados se inseriram na economia global, primeiro para absorver, mas depois para produzir capitais excedentes. Esses Estados tornaram-se então competidores no cenário mundial. Surgiu então aquilo que se pode denominar “subimperialismo”, não só na Europa, mas também no Leste da Ásia e no Sudeste Asiático, à medida que cada centro em desenvolvimento de acumulação do capital buscava ordenações espaço-temporais sistemáticas para seus próprios capitais excedentes mediante a definição de esferas territoriais de influência. (HARVEY, 2005, p. 151).

Dessa maneira, países que ainda podemos chamar de subimperialistas conseguem adentrar territórios em que não há pleno desenvolvimento capitalista, ou seja, onde se conserva como pré-capitalista. Territórios esses que é possível aplicar a acumulação por espoliação, como já observamos, é necessária para que se possa acumular, essa é a saída encontrada para que se possam conter as crises.

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, há territórios que estão em estágios intermediários, aos quais ainda depende dos países “desenvolvidos”, mas também acabam por explorar outros territórios alheios. Ruy Mauro Marini, expoente da teoria da dependência na América Latina, desenvolveu o conceito de subimperialismo.

II.1 O Subimperialismo

A teoria do Subimperialismo foi desenvolvida por Ruy Mauro Marini na década 70, em meio à ditadura militar. Marini foi um expoente para a Teoria Marxista da Dependência (TMD), e com ela desenvolveu o conceito de Subimperialismo.

A teoria da dependência surgiu no contexto da América Latina nos anos 60, para explicar o fenômeno de desenvolvimento sócio-econômico, alavancado pela industrialização ocorrida no início do século, mas principalmente entre os anos 30 e 40. A proposta da teoria era a de entender como a reprodução do sistema capitalista ocorria nos países periféricos.

Na obra de Marini, *Dialética da Dependência* (1974), explica a tese sobre a questão da dependência da América Latina:

O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta certas peculiaridades que impedem que o capitalismo aqui se desenvolva da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso ressalta que, mais que um capitalismo, o que se tem na América Latina é um capitalismo *sui generis*, e este só ganha sentido se compreendido tanto a nível nacional quanto a nível internacional. (DUARTE & GRACIOLLI, 2007, p. 6)

Ele explica que há uma relação de subordinação entre centro e periferia, países que se apresentam como independentes, mas não o são. Essa dependência apresentada está relacionada à divisão internacional do trabalho, surgida então ao término da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, com o desenvolvimento do liberalismo, o centro possui o capital e a tecnologia disponível, e a periferia os insumo, matéria prima, mão de obra barata e mercado consumidor.

Marini começa a desenvolver a teoria do subimperialismo a partir do desenvolvimento da teoria da dependência, agora no contexto da ditadura militar brasileira, ou seja, nos anos 70. O subimperialismo seria as contradições desse capitalismo dependente dentro de um contexto histórico da acumulação mundial de capital, ou seja, século XX. As dimensões utilizadas por Marini para esse fenômeno são econômicas, políticas e sociológicas. (BERALDO, 2012)

Ao término da Segunda Guerra Mundial, o modelo centro-periferia fica complexo, pois a dinâmica mundial de manufaturas/matérias-primas muda com o novo período de industrialização das periferias através das multinacionais e das burguesias nacionais, ou seja, a indústria tem um papel relevante, assim dessa forma, surgem centros médios de acumulação, mudando a escala de hierarquia entre os países. Segundo Marini, a partir desse contexto é que surge o subimperialismo. Essa concentração de capital em escala mundial de forma intensa faz com que se cria a necessidade da expansão para o investimento, direto em outros territórios, de capital acumulado. Esse movimento fez com que ocorresse um alto investimento de industrialização e até transferências de atividades produtivas para os países latino-americanos. Dessa forma, os países centrais ficaram responsáveis pela indústria tecnológica e os países periféricos com a indústria pesada. (BERALDO, 2012)

Os princípios do Subimperialismo estão nas categorias elaboradas por Marini sobre a superexploração do trabalho e a transferência de valor. A superexploração do trabalho seria a geração de mais-valia dita extraordinária, ou seja, com salários abaixo daquilo que se necessitaria para viver. A superexploração do trabalho não deixa que a economia do território explorado consiga criar uma economia suficiente para que possa desenvolver um mercado consumidor, ou seja, é deixar que esse território continuasse pré-capitalista.

Luce (2011b) acredita que o prefixo sub, apesar de sugerir um prefixo de menor grandeza, não é o que Marini quis colocar nessa categoria. Marini se utiliza das definições de imperialismo elaboradas pelos autores da II Internacional, como Luxemburg, Lenin e Bukhárin, principalmente. Mas nessa categoria estão relacionados elementos específicos do capitalismo latino-americano. O sub, pode concluir, está relacionado a características como *“superexploração da força de trabalho e o divorcio gerado por essa condição entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das amplas massas”* (LUCE, 2011b, p.2)

Para o mesmo autor o fenômeno do subimperialismo tem quatro variáveis, as quais são: “grau de monopolização e de operação do capital financeiro na economia dependente, a mobilização de um esquema particular de realização do capital (Estado, mercado externo e consumo suntuário), hegemonia em um subsistema regional de poder, lógica de cooperação antagônica com o imperialismo dominante”. (LUCE, 2011, p. 9).

Dessa forma, Marini (1977) entende que o subimperialismo é a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro:

Hemos definido, en otra oportunidad, al subimperialismo como La forma que asume La economía dependiente al llegar a la etapa de lo monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, El ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en El marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. (MARINI, 1977, p. 17)

Ainda nas palavras de Marini:

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da

internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentro em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela. (MARINI, 1992 apud LUCE, 2011, p.19)

A origem do subimperialismo está na intersecção entre a teoria da dependência e a divisão internacional do trabalho, a qual ocorreu principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Essas categorias elaboradas por Marini então, posta na década de 70, estão relacionadas ao contexto histórico ocorrido no Brasil, a Ditadura Militar, onde havia uma postura brasileira de poder militar, subordinado ao comando americano (MARINI, 1977). Mas, será que essa teoria proposta por Marini se coloca em conjunto com o contexto atual brasileiro?

Capítulo III - Histórico de Moçambique no Século XX e XXI

Moçambique está localizada a sudeste do continente africano tendo como limites a Tanzânia a Norte, a sul a África do Sul, a Leste o oceano Índico a Oeste o Zimbabwe. Sua superfície tem aproximadamente 799.380 km.



Figura 1: Mapa de Moçambique

Fonte: <http://www.africa-turismo.com/imagens/mapa-mocambique.jpg>

Moçambique fica localizada na África Austral, parte do continente africano que nos últimos anos do Século XX se tornou do ponto de vista geopolítico e econômico, uma região estratégica para os Estados hegemônicos, por ser um país de alto potencial em exploração agrícola e mineral. Um país castigado por guerras, tem uma população aproximada de 25 milhões de pessoas e seu IDH é um dos mais baixos

do mundo, sendo 0,327¹ em 2012, ocupando o 185 lugar no ranking mundial. (UNESCO, 2010) e (PNUD, 2012)

As causas da pobreza de Moçambique podem estar atreladas a diversos fatores como a Guerra de três décadas ocorrida, salários baixos, desemprego. Mas será que apenas são esses fatores mais aparentes, ou seria um projeto político para que o país permaneça dessa forma para que ocorra espoliação do capital? Nesse capítulo iremos discutir quais seriam esses possíveis fatores.

III.I Moçambique: colônia ou província portuguesa?

Em 1498 Vasco da Gama, em busca do controle do escoamento de ouro e de marfim, encontrou Sofala e Ilha de Moçambique no caminho para a Índia:

Nos primeiros dias do ano de 1498 da era cristã, os habitantes da costa sul de Moçambique, em algum lugar situado entre as atuais cidades de Inharrime e Inhambane, viram chegar estranhas embarcações, enormes em relação às que até então já tinham visto. Delas desceram outros barcos menores transportando gente de pele pálida e vestida de modo insólito. Não se compreendeu o que eles diziam, mas não pareceram agressivos pelo que as gentes locais os acolheram sem animosidade. Os forasteiros recolheram água fresca, trocaram alguns objetos e regressaram às grandes embarcações que voltariam a desaparecer no mar profundo. Ninguém sabia quem eram os visitantes, muito menos podia imaginar que testemunhava um momento histórico: os primeiros contatos da África oriental com a Europa na Viagem de Vasco da Gama em demanda da rota do Oriente. (CABAÇO, 2007, p. 27)

A expansão comercial de países europeus para o oriente e, em seguida para o ocidente, na perspectiva de Cabaço (2007), marcou o início da hegemonia mundial, conhecida hoje pela globalização, e o início do processo da acumulação de capital pela burguesia em ascensão naquela época.

A ocupação portuguesa iniciou pelo litoral de Moçambique por em 1505, Sofala, e 1507, Ilha de Moçambique. Feitorias foram elaboradas pelos portugueses, através de construção de defesas militares, Sena e Tete em 1530 e Quelimane em 1544. A intenção era a de dominar o escoamento do ouro e o acesso às zonas produtoras de ouro e marfim. Para isso ocorrer, os portugueses precisaram utilizar da força militar, pois nesses territórios já existiam estruturas comerciais administradas por islâmicos e indianos. No primeiro momento os portugueses

¹ Fonte: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2012.aspx>

tiveram que se passar por comerciantes para poder entrar e posteriormente, através da força, foi possível estabelecer a dominação das zonas de produção de ouro e de marfim. (LANGA, 2012).

No Século XX, Moçambique que permanecia como colônia portuguesa, extraia seus recursos na forma de economia de *plantation*, centralizada na exportação, onde propriedades rurais estatais coexistiam com as unidades produtivas privadas.(UNESCO, 2010)

No pós-guerra mundial, Portugal utilizou em Moçambique uma enérgica política no intuito de transformas o território em uma colônia de povoamento, parecido com o que ocorria na África do Sul e na Rodonésia. Dessa forma, Portugal não tinha intenção de dar a independência às suas colônias e ainda planejava em integra-las formando uma relação com a metrópole. Portugal disseminou uma missão civilizadora, se apresentando como um Estado unitário, universal e não colonial, e então, Moçambique se tornaria uma província de Portugal, ao invés de uma colônia de exploração, porém as intenções portuguesas não era a de civilizar o território de Moçambique, mas sim a busca de acumulação de capital:

A ação colonial recente na África foi, sem dúvida, a forma de o capitalismo garantir trabalho mal-remunerado e transferir renda para as metrópoles. As razões dos países moldados pelo colonialismo no século XX e que se encontram em situações semelhantes nas macroestruturas econômicas, sociais e políticas, são as mesmas quando tratadas à luz da história econômica. Não é por acaso que, com processos semelhantes de invasão e ocupação, de exploração colonial e de modernização, estas nações estejam em situações parecidas e muito críticas. (BELLUCCI, 2008, p.3)

Portugal desejava aproveitar o *boom* econômico das colônias por conta do pós-guerra, assim resolveria os problemas de desemprego e superpopulação enfrentados, e também, bem como resolver as necessidades de novos mercados para os produtos portugueses e a demanda de matéria-prima no país.

A metrópole investiu em infraestrutura, como ferrovias e rodovias, para aumentar os fluxos dos produtos. O pós-guerra mundial incidiu um período de prosperidade sustentada por Portugal. Foram construídas estradas de ferro, rodovias e hidrelétricas. As colônias portuguesas compravam entre 25 e 30% das exportações de Portugal e o que gerava para elas entre 20 a 25% de suas receitas.

Como estratégia para a garantia de sua dominação, de 1940 a 1960 enviou para Moçambique 130.000 colonos portugueses, a maioria eram camponeses analfabetos ou proletariados desempregados. (UNESCO, 2010)

III.II Moçambique e a independência

Sempre existiram movimentos de resistência colonial em Moçambique. De 1495 a 1961 a luta anti-colonial foi elaborada de várias maneiras, como exemplo, a resistência contra a exploração econômica, a formação de movimentos políticos, no interior, e de organizações políticas, no exterior, aliadas das lutas de resistência. (LANGA, 2012)

A partir da década de 1960 a população moçambicana de forma organizada iniciou a busca de sua liberdade, que ocorreu através de luta armada em toda África Austral (África do Sul, Rodonésia, Angola, Namíbia e Moçambique), conquistada por Moçambique em 1975:

No pós-segunda Guerra, enquanto o novo ciclo de crescimento econômico capitalista acelerava o processo de independência nas colônias de seus parceiros coloniais, Portugal retardou o quanto pôde a independência das suas. No caso de Moçambique, essa protelação resultou em dez anos de luta armada de libertação nacional, conduzida pela Frelimo liderada e seu segundo presidente, Samora Moisés Machel (o primeiro, Eduardo Mondlane, foi assassinado pela PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado - em 1969). A luta armada levou Moçambique à independência em 25 de junho de 1975. (BELLUCI, 2008, p. 126)

Essas organizações se intensificaram através de atividades políticas em Cabo Delgado, em 1960, que ficou conhecido como o “Ano das independências Africanas”, onde havia reclamações, como por exemplo, a do fim do trabalho forçado. Nessa época os países da África Austral buscavam sua independência e usavam o termo pan-africanismo, e estes eram defendidos por estudantes, sindicalistas e políticos, os quais muitos eram de colônias inglesas, onde eles defendiam a independência do país sobre a perspectiva do nacionalismo, em voga na década de 60. (LANGA, 2012).

Além do nacionalismo em debate nessa época, em paralelo havia os fóruns sobre Negritude, esse que também contribuiu para que aumentasse os movimentos de independência em toda a África Austral. O estopim para o início da luta pela libertação foi o massacre de Mueda, ocorrido em 16 de junho de 1960. Esse episódio se iniciou em uma confrontação entre os camponeses do planalto de Mueda contra as autoridades coloniais. A ideia era fazer uma reunião para discutir a relação entre o povo e o governo português e acabou culminando em uma revolta popular:

Este fato, Massacre de Mueda levou a que os vários grupos nacionais de resistência a se organizarem em movimentos de libertação nacional, com vista a buscarem forças pensando em lutas focalizadas com vista a dar mais poder e extensão as suas múltiplas formas de resistência. A intensificação da opressão registrada em Moçambique contribuiu para a mobilização política dos nativos. (LANGA, 2012, p. 33)

Em 1961 um grupo de estudantes, ligados a “Caçados Estudantes do Império”, deixou Lisboa, Porto e Coimbra para lutar pela independência de seus países. No fim da década de 60, na Rodésia do Sul, é formada a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMI) e em fevereiro de 1961 é fundada na cidade de Mombaça no Quênia a União Africana Nacional de Moçambique (MANU).

O intuito dessas organizações era a conquista da independência de Moçambique:

Estando todos os movimentos cientes da união de pequenas organizações que lutavam contra o colonialismo, em Moçambique, em 1962, os três movimentos mencionados UDENAMO, MANU e UNAMI, fundiram-se para formar a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), sendo Eduardo Chivambo Mondlane (Presidente); Uria Simango (vice-presidente) entre outros. (LANGA, 2012, p. 34)

Os movimentos de libertação reedificavam a emancipação política, econômica, cultural e social, onde os principais elementos eram a rejeição da opressão imperialista e colonialista, rejeição do racismo e do capitalismo, querendo instalar em seus países o socialismo científico marxista-leninista como base ideológica política, econômica e social, sendo dessa forma, recusando a depender dos Estados hegemônicos (UNESCO, 2010)

Depois de várias tentativas de diálogos e acordos com o Governo Português sem resultados, a FRELIMO optou pela luta armada, iniciada em 25 de setembro de

1964, para conquistar sua independência moçambicana, chegando à vitória em 1975, quando a FRELIMO assume o governo do país. (LANGA, 2012) e (MATSHINE, 2011).

Com a liberdade ocorreram transformações econômicas e políticas e a difícil tarefa de reerguer um país destruído pela guerra. A primeira tentativa da FRELIMO foi através do socialismo, apoiados pelos Estados Chinês e Soviéticos. A expectativa era de trazer o desenvolvimento nacional através do sistema Socialista e isso foi realizado através da construção de Cooperativas Agrícolas, de Consumo e Empresas Estatais e a modernização do campo. (MATSHINE, 2011)

A atitude da construção da sociedade pelo viés socialista, é explicada pelo apoio recebido de FRELIMO pela China, URSS e Cuba durante a guerra de libertação.

O socialismo foi idealizado pelo governo pós-independência como um projeto político, econômico e social. Os objetivos do programa de governo socialista eram a eliminação das estruturas econômicas de interdependência Colonial e de todas as formas de discriminação que o sistema se assentava. (NICOLAU, 2008; LANGA, SOUZA, HESPANHOL, 2012)

A previsão para o desenvolvimento completo, através do sistema socialista, seria para até o término da década de 1980. Cinco anos após a independência, a FRELIMO permaneceu imensamente popular, tanto para acabar com a opressão colonial e para a expansão da saúde e educação. (HANLON, 2009).

Em 1981, Ronald Reagan assume a presidência dos Estados Unidos e a Guerra Fria se intensificou. Na África Austral as guerras continuaram com o apoio do Apartheid pelo Estado Americano:

Moçambique sofreu os efeitos de uma guerra de desestabilização empreendida por esses governos que lhe causaram prejuízos incalculáveis. Mesmo assim, a FRELIMO aprofundou os projetos de modernização da economia e das relações sociais iniciados na década de 60 pelos portugueses, através da criação de um forte setor estatal e processo de assalariamento. A guerra de desestabilização conseguiu interiorizar-se em meados dos anos 80, em função das dificuldades dos projetos estatais em assegurar a produção, pela ausência dos valores “tradicionais” na estrutura de poder, pelo abandono a que ficou relegada à sociedade doméstica (entenda-se aqui como a grande maioria da população rural com organização societal própria anterior ao colonialismo e que se mantém até hoje), mas, sobretudo, pela retaguarda e forte apoio bélico, militar e econômico dado ao MNR (depois Renamo) pela África do Sul (BELLUCI, 2008, p. 127).

Em três décadas Moçambique passou por três guerras. A primeira, guerra colonial, de 1964 a 1974, a segunda contra a Rodésia, de 1976 a 1980, e a última entre 1981 a 1992 a guerra de desestabilização. Nas suas últimas guerras foram feitas para desestabilizar o Estado moçambicano, criando outra frente, a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana). Os motivos que levaram a essas guerras externas foram o apoio da FRELIMO para que Rodésia e África do Sul se tornassem livres, sendo que no primeiro país eles conseguiram e passou a chama Zimbabwe, e o segundo foi uma guerra a qual terminou após 11 anos com um acordo de paz:

As agressões externas enfrentadas por Moçambique resultaram de seu apoio aos movimentos de libertação na África do Sul e no Zimbabwe. Também cooperou com todos os países da África Austral que lutavam contra o colonialismo e a discriminação racial na região e participou na construção da *Southern Africa Development Conference* (SADCC) em 1980, visando criar uma plataforma de integração regional que libertasse os restantes Estados da região da dependência da África do Sul. (MATSHINE, 2011, p. 16).

Para reerguer o país foram necessários empréstimos internacionais o que tornou o país dependente economicamente de países hegemônicos. Mesmo após a independência de Moçambique os problemas de ordem política, econômica e social continuaram através de guerras, crises econômicas e por consequência o contínuo empobrecimento da população (MATSHINE, 2011)

Nos anos 80 apareceram as políticas neoliberais e os programas que visavam recuperar a economia, que tinha se endividado e desestruturado durante o período modernizador desenvolvimentista e viu reduzida a quase um terço a sua capacidade produtiva. (BELLUCI, 2008, p. 126).

Em 1983 a situação social, política e econômica de Moçambique estavam muito fragilizadas, e o país se tornou vulnerável e dependente de ajudas humanitárias, para conseguir diminuir os efeitos causados pelas guerras, pelas catástrofes naturais e pelas dificuldades econômicas instaladas no país. Nesse mesmo ano, o governo fez um acordo de não-agressão, o qual não vingou, com a África do Sul.

Diante dos fatos dados, a única alternativa encontrada pelo Governo foi a adesão as instituições de Bretton Woods, Banco Mundial e o Fundo Monetário e pedir ajuda alimentar para a comunidade internacional. Em 1984 a ajuda pedida foi

atendida e o governo assinou um acordo com o Banco Mundial, resultando uma disponibilização imediata de 45 milhões de dólares. (BELLUCCI, 2008; NICOLAU, 2008).

A guerra intensificou em 1986, com a morte do Presidente Samora Machel e invasões de duas províncias do norte. Enquanto a guerra se alastrou, Moçambique introduziu um programa de ajustamento estrutural do Banco Mundial, que incluiu um grande programa de privatizações. A paz só foi possível com o fim da guerra fria, que trouxe o fim do apartheid na África do Sul. Um acordo de paz foi assinado em 1992, que reconheceu a legitimidade do governo e da constituição existente, mas assegurou eleições multipartidárias e fez Renamo o único partido de oposição séria. (HANLON, 2009, NICOLAU, BORGES, SOUZA, 2011)

A partir de 1992 a paz se estabelece no país. O quadro político é estável, porem ainda há violência social no país, fruto do baixo desenvolvimento. “A violência social e institucional existente é fruto do processo normal de acumulação de capital entre os que possuem e os que não possuem bens e propriedades”. (BELLUCI, 2006, p.)

A crise deixou várias sequelas como as estruturas sociais sem organização, traumas psicológicos, milhares de moçambicanos deslocados por causa das guerras, ou seja, a uma condição igual ou pior a qual Moçambique se encontrava quando província portuguesa. Mas agora há uma diferença, sob o comando do Estado pelos próprios moçambicanos. (BELLUCI, 2006 E 2008).

Apesar de a guerra ter acabado há 22 anos, quais são os motivos que levam Moçambique a continuar um país pobre?

O Pós-conflito é, para Castel-Branco (2011), muitas vezes, um novo estágio e uma diferente forma do mesmo conflito, a qual a guerra ou outra configuração mais violenta de conflito é trocada por outros meios de disputa do poder. Nesta conjuntura, o argumento racional a favor da ajuda fundamentada em políticas é que esta promove ou recompensa reformas sociais, econômicas e políticas que se supõe, muitas vezes erradamente, abordar e resolver as causas do conflito, dos desequilíbrios e da tensão social.

Segundo Castel-Branco (2011), embora a desigualdade econômica, medida pelo índice de Gini, não se tenha alterado significativamente neste período segundo as estatísticas oficiais, a porcentagem da população que vivem na pobreza absoluta

não diminuiu nos últimos anos, sendo que houve um singelo aumento da pobreza e o número de pobres aumentou em 2 milhões até 2011:

(...) a associação estabelecida entre fases iniciais de acumulação e o aumento da desigualdade (por causa da necessidade de aumentar a taxa de poupança para acelerar crescimento económico) nega a experiência histórica de formação do capitalismo na fase de acumulação primitiva. Tanto no caso das economias hoje consideradas desenvolvidas, como no caso de Moçambique e outras economias menos desenvolvidas, a experiência histórica mostra que o processo de acumulação primitiva depende da associação entre o Estado e as forças emergentes da burguesia capitalista para reestruturar a propriedade, o controlo dos recursos e as relações de produção [Marx (1983), Fine and Saad-Filho (2010), Dobb (2007 e 1963), Castel-Branco (2010b)].

A reestruturação da propriedade, o controle dos recursos e a organização social da produção formam a mudança e a aceleração do sistema económico. Por consequência, o aumento da desigualdade é o produto de ações políticas, económicas e sociais da organização da produção e do controle da riqueza gerada, e não a causa da aceleração do crescimento e nem a causa da pobreza. A relação entre riqueza e pobreza é dada pelo controle do trabalho e dos seus frutos e pela luta política em torno desse controle, onde os termos "desigualdade" e "pobreza" são ações sociais, económicas e políticas de manifestações dessas tensões e conflitos geradas pelas lutas políticas. (Castel-Branco, 2010b)

O discurso político oficial utilizado em Moçambique ultimamente emprega do argumento de que a pobreza é um problema cultural, pois estes vivem dessa forma porque assim o querem, os pobres são assim porque sofrem de pobreza mental. Este tipo de discurso trás muitas vantagens para o capital moçambicano em fase de acumulação primitiva acelerada:

Primeiro, "pobreza" adquire o estatuto e dimensão de recurso natural privilegiado na medida em que mobiliza, em ajuda externa para o Estado, 12 vezes mais recursos do que as contribuições fiscais das empresas multinacionais que exploram os "outros" recursos naturais e energéticos do país. Portanto, a acumulação primitiva das classes capitalistas nacionais pode ser acelerada e as taxas de lucro líquido das empresas multinacionais podem ser aumentadas porque o recurso "pobreza" gera a ajuda externa necessária para financiar o Estado. Em outras palavras, a "pobreza" financia a acumulação de capital ou, para por a mesma questão de outro modo, o Estado subsidia o capitalismo nacional e internacional usando "pobreza" como meio de troca. Como é evidente, se "pobreza" é um substituto para receitas fiscais dos recursos naturais, então o Estado pode subsidiar multinacionais mas já não pode subsidiar o pão, o

transporte, os meios energéticos, a água, etc. (CASTEL-BRANCO, 2010b, p. 6).

No Estado neoliberal, a pobreza deixa de ser um fenômeno social e torna-se assunto pessoal. Nesse discurso o pobre é culpado pela sua própria pobreza. Dessa maneira, não é associado à desigualdade pela acumulação de capital. Castel-Branco (2010b) tem o seguinte questionamento:

Será que acelerar o crescimento económico com base na exportação em bruto de recursos naturais e na construção de infra-estruturas de apoio à economia extractiva, associado com incentivos fiscais enormes e redundantes, não é uma das premissas que gera mais pobreza (e mais riqueza ao mesmo tempo), que aumenta os preços dos bens básicos de consumo, que reduz as oportunidades e opções para o desenvolvimento articulado e diversificado do País? (CASTEL-BRANCO, 2010b, p. 7)

Moçambique é um país rico, em recursos naturais como o carvão, gás natural, terra, para a agricultura, bauxita e fosfato. As descobertas de carvão de coque, utilizado para a produção de aço, aliadas à grande demanda chinesa e indiana contribuiu para o aumento do interesse dos investidores estrangeiros.

Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique

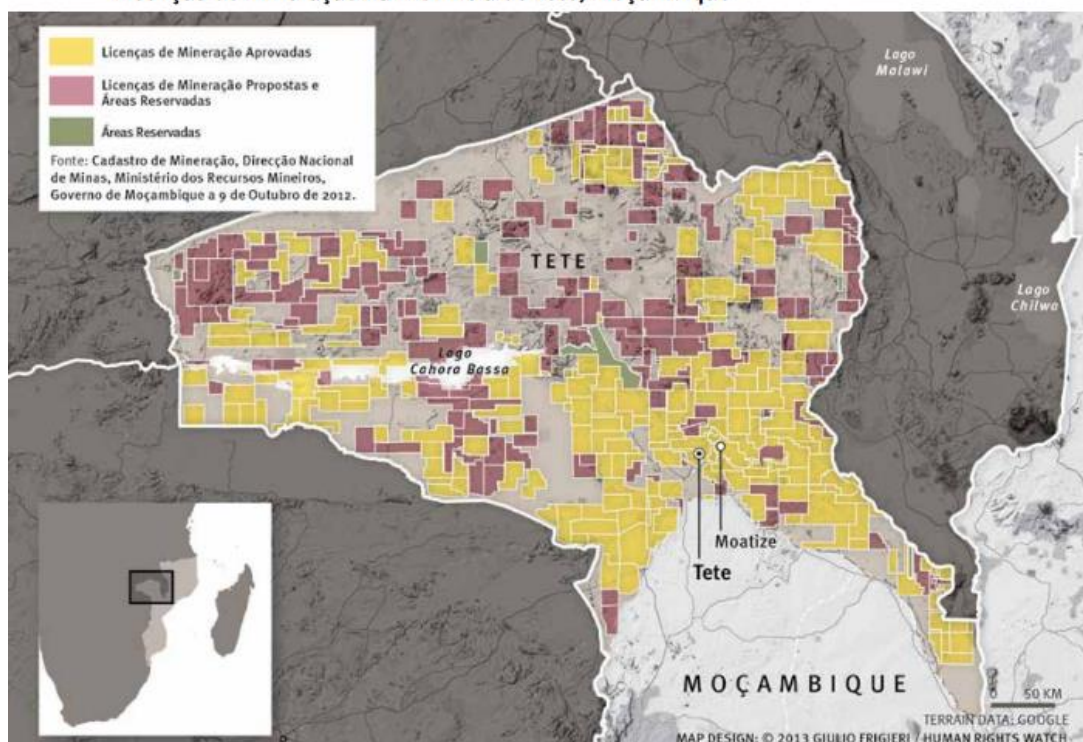


Figura 2: Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique

Fonte: Human Rights Wacth (2013)

Para isso, investimentos em infraestrutura para que o transporte do carvão seja possível serão necessários e isso partirá das empresas privadas e do Estado moçambicano. Só em Tete estimam-se que exista mais de 23 bilhões de toneladas de carvão para serem exploradas:

Nos últimos dez anos, as empresas estrangeiras investiram bilhões de dólares na exploração de carvão, no desenvolvimento de infraestrutura, e nas actividades de mineração de carvão. Os investidores estrangeiros na província de Tete são considerados das maiores empresas de mineração em todo mundo no sector de mineração: Vale, empresa multinacional brasileira e Rio Tinto, a multinacional anglo-australiana asseguraram concessões relativas a grandes reservas de carvão e já começaram as suas operações de mineração. Jindal Steel and Power Limited, uma empresa indiana, e Beacon Hill Resources, uma empresa britânica, começou também a mineração de carvão embora esta seja de menor escala. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p. 36)

Acadêmicos e vários grupos da sociedade civil vêm criticando os megaprojetos em Moçambique, mas especificamente a indústria de carvão na província de Tete, projeto esse o qual a Vale está envolvida.

Os questionamentos giram entorno dos reais benefícios sociais e econômicos para o país, a falta de transparência sobre os contratos realizados, os números não divulgados a respeito do megaprojeto, como as receitas serão fiscalizadas pelo Estado e usadas e sobre as fiscalizações ambientais e sociais. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013)

Capítulo IV - Megaprojetos em Tete: O caso do projeto Moatize da Vale S.A.

O território de Moçambique, como dito anteriormente, é dividido em onze províncias que são: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, onde se localiza Moatize, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo, esta última sendo a capital do país.

O distrito de Moatize, fica a 20 km do Município de Tete, entre os paralelos 15'36" e 16'38" de latitude Sul e entre os meridianos 32'16" e 34'28" de longitude. Cercado, ao Norte, pelos distritos de Chiúta e Tsángano, a Leste, pela República do Malawi, a Sul, pelo distrito de Tambara, Guro, Changara e município de Tete através do rio Zambeze e Mutarara através do rio Mecombedzi e a Oeste pelos distritos de Chiúta e Changara. Cada uma das províncias tem uma capital provincial de Norte a Sul são: Pebas, Lichimga, Nampula, Quelimane, Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Xai-Xai, Matola.

Há em Moçambique muitas jazidas de carvão, onde a mais conhecida é a Bacia Carbonífera de Moatize, na província de Tete. Esta jazida foi considerada uma

das maiores do mundo, com uma estimativa de reservas de 2,5 bilhões de toneladas. Somente no projeto da Vale há uma previsão de exploração de uma média anual de 11 milhões em um tempo de 35 anos, que serão escoados para o Brasil, Ásia, Oriente Médio e Europa. (JOSÉ & SAMPAIO, 2011)

O carvão ocupa a primeira colocação em abundância e respectiva vida útil em se tratando de recursos energéticos não renováveis. A longo prazo é a mais importante reserva energética mundial. Ambientalmente é o combustível mais agressivo, pois sua combustão emite poluentes na atmosfera:

Motivos econômicos e ambientais, que relacionam a queima desse combustível com a acidificação das chuvas e outros efeitos da poluição atmosférica, contribuíram para a redução de 5% no consumo durante a década de 1990 (JOSÉ & SAMPAIO, 2011, p.2)

Até 1997, segundo a agência Internacional de Energia, o carvão foi a segunda fonte principal de energia no mundo. Até então China, Estados Unidos e Índia eram os maiores produtores de carvão no mundo. (JOSÉ & SAMPAIO, 2011)

Em Moçambique há uma grande quantidade e variedade de recursos minerais que em sua maioria ainda não foram explorados. Exemplos desses recursos são metais básicos, fosfatos, rochas ornamentais, bauxita, minério de ferro, tantalite, pedras preciosas e semipreciosas, grafites e outros. Além dos exemplos citados, há várias jazidas de carvão, onde a mais conhecida é a de Moatize, Bacia Carbonífera de Moatize, localizada na província de Tete. Esta jazida é considerada até o momento uma das maiores do mundo, com estimativas de reservas de 2,5 bilhões de toneladas. Dessa forma, o governo moçambicano convida investidores a trazerem propostas para a exploração desses recursos minerais. (JOSÉ & SAMPAIO, 2011)

Como vimos no capítulo anterior a política moçambicana foi dominada pelo neoliberalismo. Dessa forma, nos últimos anos, o país tem recebido Investimento Direto Estrangeiro (IDE), em grande parte, no setor minero-energético e muita ajuda externa para manter sua economia. Os empreendimentos do setor econômico de minas e energia, tem geralmente recebido investimentos iniciais da ordem de USD 500.000 (quinhentos mil dólares), são definidos como megaprojetos. Castel-Branco (2010) relata o seguinte:

(...) depois de uma década de silêncio ou de ambiguidades e contradições, o BM e FMI reconhecem oficialmente que os mega projectos pouco ou nada contribuem para a redução da pobreza e para a sustentabilidade do crescimento econômico, e que os

incentivos fiscais que lhes são atribuídos os tornam irrelevantes e elevam os seus rácios de custo/benefício social.
(CASTEL-BRANCO, 2010, p. 9)

As pressões sociais e da comunidade internacional trouxeram reformas legais com o intuito de minimizar o paradoxo o qual a economia de Moçambique está que é o da abundância de recursos naturais e minerais, a quantidade de pessoas pobres no país e por consequência a dependência de ajuda externa. Mosca & Selemane (2011) questionam se os megaprojetos trazem algum benefício para Moçambique e a minha pesquisa investiga se há acumulação por espoliação em Moatize por trás desses projetos.

Existem dois megaprojetos de mineração de minas de carvão, chamado de projeto Carvão Moatize, na província Tete, este localizado em Moatize, uma das regiões mais pobres e mais populosa do país, e o outro é o Projeto Carvão Benga.

O primeiro projeto é onde a Vale está localizada sob os convênios das empresas Odebrecht e Camargo e Corrêa e financiamento do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento). O segundo projeto é pertencente à Riversdale Mining que além do projeto de Benga, a empresa tem outro projeto de exploração de carvão na região chamado de Projeto Zambeze. Este tem como objetivo desenvolver o plano diretor da cidade de Tete. (ELIA, 2012)

Os grandes insumos e fatores de produção específicos das atividades mineiras são importados sem aplicação de taxas alfandegárias. Tanto a Vale como a Riversdale Mining, que depois se tornou a Rio Tinto, tem esses benefícios das isenções de direitos aduaneiros. Para a escoação dos produtos, há um aumento de demanda por serviços de transporte e de insumos como combustível e energia. (MOSCA & SELEMANE, 2011)

Há possibilidades de escoar o carvão através das linhas de Sena e de Nacala, ou pelo rio Zambeze. Para a fase iniciais, existe a possibilidade de escoamento por caminhão até ao porto da Beira, pelo volume de minérios a serem transportados, todas as possibilidades podem ser utilizadas. (MOSCA & SELEMANE, 2011)

Segundo notícias do site moçambicano *Macauhub*, a Empresa estatal Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) irá investir em equipamentos necessários para realizar a manutenção da linha de Sena, com extensão de 575

quilômetros, até meados de 2014. O objetivo dos CFM é garantir a possibilidade de escoar de Moatize para o porto de Beira cinco milhões de toneladas de carvão da companhia brasileira Vale, australiana Riversdale Mining e da indiana Jindal

A reabilitação do corredor do Norte será realizada com um investimento da Vale num valor estimado em 1.6 bilhões de dólares. O projeto, chamado de Nacala XXI, que totalizará 912 quilômetros, a mesma extensão da Estrada de Ferro de Carajás, será implementado mediante um acordo assinado em 23 de Outubro de 2009. A construção da linha será de Moatize até o porto de Nacala, na província de Nampula, onde será modernizado e construído um grande terminal de Carvão. (MACAUHUB e MOSCA & SELEMANE, 2011)

Em dezembro de 2013 a Vale anunciou que irá vender metade de sua participação para outra empresa a qual dividirá com ela as despesas e as receitas da construção dessa linha férrea.

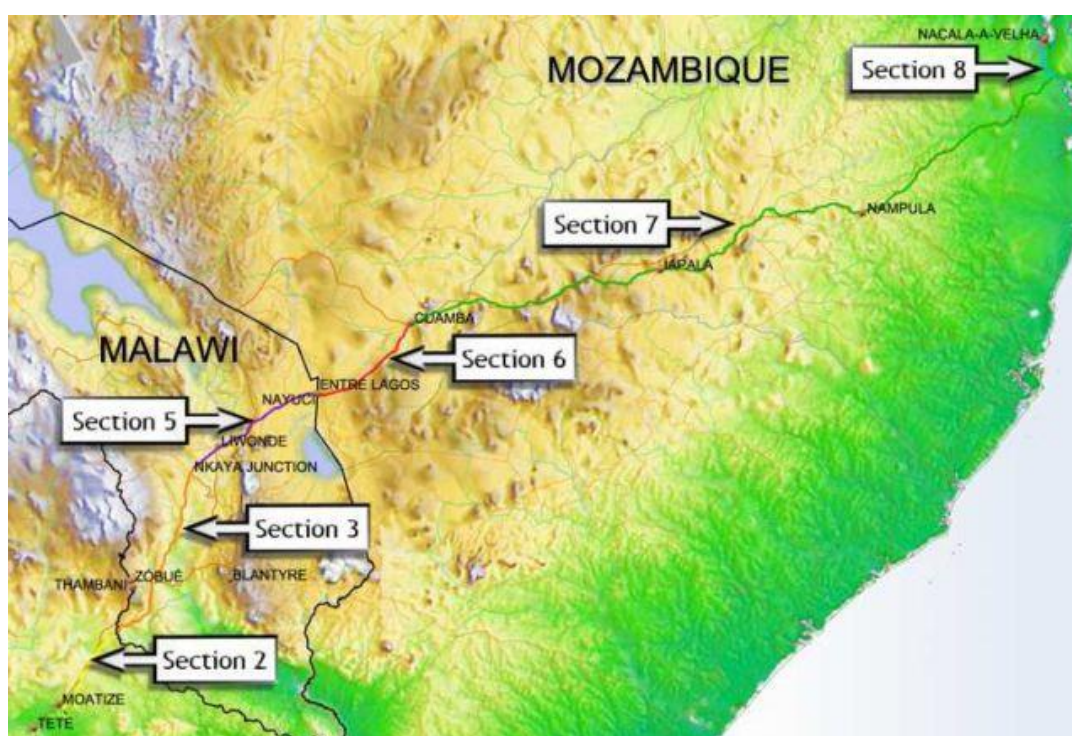


Figura 3: Mapa do Corredor de Nacala

Fonte: <http://www.anteprojectos.com.pt/2013/03/21/63244/>

IV.I Vale em Moçambique

A empresa de mineração Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1º de junho 1942 através de um decreto feito pelo presidente Getulio Vargas, decreto esse que tomou posse das reservas de minério de ferro para o Estado. Suas principais jazidas de ferro até a privatização eram a de Carajás (PA) e em Minas Gerais.

Hoje, após um processo de privatização realizado em 1997 em um Plano Nacional de Desestatização feito pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, a CVRD passa a ser uma empresa privada de capital misto e muda seu nome apenas para Vale S.A. em 29 de novembro de 2007

Após se tornar multinacional de capital aberto, passou a ser a maior empresa de mineração das Américas, sendo a segunda maior do mundo, agindo em 13 estados brasileiros e em todos os continentes do mundo.

O seu quadro de funcionários possui mais de cem mil trabalhadores incluindo terceirizados. Por ser uma multinacional globalizada tem presença nas bolsas de São Paulo (Bovespa), Nova York (NYSE), Madrid (Latine) e Hong Kong (China). (MOSCA & SELEMENE, 2011)

A Vale iniciou em Moçambique no ano de 2004, quando ganhou o concurso internacional feito pelo Governo para concessionar as minas de Moatize. O Governo moçambicano assinou com o Vale, em junho de 2007, um contrato para a exploração do carvão de Moatize. O projeto prevê igualmente a instalação de uma central térmica. (MOSCA & SELEMENE, 2011)

Segundo Banco Mundial & IPEA (2011), a Vale atua no setor de mineração da África com escritórios na África do Sul, Angola, Gabão, Guiné Bissau, Moçambique e República Democrática do Congo. Em 2010 a empresa anunciou investimentos em projetos para os próximos cinco anos de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões. Recentemente a Vale comprou empresas de mineração, na África do Sul e na República Democrática do Congo. Em Moçambique, a empresa iniciou atividades metalúrgicas e de mineração de carvão em Moatize em 2011, com investimentos de US\$ 6 bilhões. Em Angola a Vale está a procura de minas de cobre e níquel. Em Guiné, a Vale comprou 51% da empresa BSG Resources (Guiné) Ltd., empresa essa que detém concessões de minério de ferro no país.

Segundo notícias do Jornal O Estado de São Paulo, as reservas de carvão de Moatizes são umas das poucas maiores ainda não exploradas no planeta. No ano

de 2004 foi concedida uma porcentagem dessa mina para a Vale, após 24 anos de negociações entre os Estados brasileiros e moçambicanos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

O megaprojeto da Vale em Moatize, conhecido como “Projeto Moatize”, tem a seguinte estrutura: 85% da participação pertencem a Vale, 5% à Moçambique e 10% a investidores moçambicanos. Segundo Mosca & Selemene (2011) os principais financiadores do megaprojeto da Vale em Moçambique são a multinacional IDC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A área do megaprojeto é de 23.780 hectares e está localizada no distrito de Moatize, província de Tete.

A escala do projeto é grande, pensando na totalidade da economia de Moçambique com um Produto Interno Bruto um Produto Interno Bruto (PIB) de 12.24 bilhões de dólares americanos segundo o Banco Mundial em 2012.

A Vale gastou por volta de 2 bilhões de dólares na primeira fase do projeto, igual quantidade na segunda fase do projeto e quatro bilhões de dólares em infraestrutura.

A intenção da empresa é que a mina de Moatize exporte anualmente na primeira fase 11 milhões de toneladas de carvão, depois na segunda fase o dobro da quantidade. Por causa da ausência de infraestrutura, a meta foi reduzida de 5 milhões de toneladas para 2,6 milhões de toneladas no ano de 2012. Em 2013, segundo o Estadão, o esperado a produção de 6,2 milhões de toneladas de carvão.

IV.II Questões fiscais

Há controvérsias a respeito das questões fiscais do megaprojeto da Vale. Segundo notícia de O Estadão, contrato prevê isenção de alguns impostos para os anos iniciais de operação, que são quando os custos de investimento são maiores que os lucros com a venda do carvão. O contrato também estabelece que a Vale pague 3% royalties sobre o carvão comercializado ao invés daquele extraído. No ano de 2013, a previsão é que a Vale exporte metade de sua produção.

"O contrato com a Vale é um contrato problemático, que arrepia a lei. Na questão dos royalties, a lei estabelece que eles sejam pagos

sobre a produção", diz Adriano Nuvunga, diretor do Centro de Integridade Pública, uma organização de investigação moçambicana. Em agosto de 2013, foi lançada em Moçambique uma campanha que pede a revisão da tributação dos mega-projetos minerais. Fala-se inclusive da renegociação dos contratos já estabelecidos. O da Vale, entre eles. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 31/10/2013)

Os megaprojetos se beneficiam de incentivos fiscais, de exceções legais e facilidades de operação que, geralmente, outras entidades econômicas não usufruem. Por causa dessas ações governamentais, iniciou-se um debate, pressão e questionamentos sobre esses incentivos e como eles vem se intensificando nos últimos anos. (MOSCA & SELEMANE, 2011)

A Vale goza de enormes incentivos fiscais no seu regime:

Beneficia-se de uma redução de 15% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) que recai sobre a mina durante os primeiros 10 anos (quer dizer entre 2011 a 2021), redução para 5% para a central de energia térmica, que também faz parte do projecto, e redução da SISA em 50% na aquisição de imóveis. Está isenta de SISA na transmissão de propriedades do Estado, Taxa Liberatória, Imposições Aduaneiras, Imposto de Selo, Imposto de Consumo Específico (ICE), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), isenção do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) aos expatriados, na fase de construção, e redução em 40% ou isenção nos primeiros 5 anos de operação. Fazem ainda parte dos benefícios concedidos à Vale o livre repatriamento de lucros e dividendos, até 100% (Castel-Branco e Cavadias, 2009) e sujeita-se a pagar a parca quantia de 3% sobre o rendimento líquido trimestral da mina. (MOSCA & SELEMENE, 2011, p. xx)

Segundo o vice-ministro de recursos minerais, Abdul Razak, existem outros benefícios como a renovação da infraestrutura, instalação de outras empresas para atender a demanda das mineradoras e a contratação de mão de obra local. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

IV.III Os impactos ambientais

A mineração de carvão é uma das maneiras mais graves de extração de recursos naturais tanto para o meio ambiente quanto para a própria saúde humana. Esta forma de mineração libera para a atmosfera gases como o metano e o dióxido

de carbono, gases os quais são poluentes ao meio ambiente. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013).

A mineração ao céu aberto também envolve outros prejuízos como o desmatamento de árvores, a retirada da vegetação deixando o solo exposto a erosões, por exemplo, e destruindo a vida e a biodiversidade local. Outra forma de poluição provocada pela mineração de carvão é a poluição do ar e da água:

Segundo José & Sampaio (2011) os processos mineiros são grandes consumidores de água e nos locais onde existem grandes riscos ao patrimônio ambiental a mineração precisa ser vedada. Apesar das práticas mineiras hoje em dia são mais aprimoradas, ainda existem muitos riscos ambientais que variam:

(...) desde a geração e transporte de sedimentos causados por estradas mal conservadas durante a fase de exploração até o assoreamento de cursos de água e aumento de partículas sólidas em suspensão nas águas durante a fase de operação da mina. (JOSÉ & SAMPAIO, 2011, p. 17)

A poeira e as partículas de carvão, assim como a fuligem liberta ao longo do transporte do carvão contribuem para a poluição do ar, esses que ocasionam problemas respiratórios aos seres humanos e até mortais para os trabalhadores das minas de carvão. O carvão exposto à água da chuva ou de um corpo d'água, por exemplo, geram a drenagem ácida de mina, um escoamento ácido que contém material tóxico, com metais pesados como o cobre, chumbo, mercúrio e outros, podendo poluir corpos d'água e lençóis freáticos. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013) .

Sabe-se que a maior parte da população moçambicana vive nas zonas rurais, algumas delas onde as empresas se encontram instaladas como o caso de megaprojetos, empresas de extração de carvão mineral, material de construção civil, etc. Portanto se contaminamos a água, estaríamos a inviabilizar o desenvolvimento sustentável das comunidades e do país em geral. Recordemos ainda que um dos principais efeitos tecnológicos das últimas décadas é que a mineração tem se tornado mais mecanizada e assim tem aumentado enormemente a capacidade de manusear grandes volumes de material, conseqüentemente, à quantidade de estéril e rejeito tem se multiplicado a taxas inimagináveis.

Segundo o relatório da HUMAN RIGHTS WACTH (2013) os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) apresentadas pela Vale descrevem os impactos ambientais previstos dos seus projetos de mineração e seu planejamento para

minimiza-los. O documento mostra que a proximidade da mina de Moatize aos assentamentos, a com a cidade de Tete, e ao Rio Zambeze e Revuboé aumentam o risco de impactos a saúde e a economia, sobretudo no caso quando ocorrem falhas em termos de mitigação²:

(...) os funcionários da Vale e da Riversdale mencionaram que as comunidades nos arredores da cidade de Tete estão directamente no caminho da poluição do ar levada pelos ventos predominantes. Numa das fases das operações da mina de Benga, "valores médios horários de concentrações de NO₂ excedem as directrizes da OMS de 200 ug/m³, mas estão dentro do limite legal de Moçambique de 400 ug/m³." Os EIAs para ambas as minas de Moatize e Benga discutem inúmeras potenciais fontes de contaminação da água, bem como de degradação da terra. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 38)

Para que os impactos sejam minimizados é necessário que o governo monitore regularmente os projetos de mineração de carvão. Ainda não há em Moçambique um processo sólido de fiscalização das questões ambientais dentro da indústria de mineração, assim como a questão dos regulamentos e penalidades.

Segundo entrevista a Human Rights Watch a vice-ministra do Ministério da Coordenação da Ação Ambiental de Moçambique, Ana Chichava, relatou a problemática sobre a fiscalização ambiental: "A limitação é os recursos. Temos que desenvolver a capacidade da nossa equipe Estamos a investir na formação das pessoas, mas também estamos a perder alguns. Estamos a investir em bolsas de estudo, mas há muita concorrência com o sector privado por causa de salários"

Dessa maneira, podemos analisar que os megaprojetos pouco têm sido fiscalizados pelo governo moçambicano, e que as leis atribuídas às questões ambientais, podem não estar de acordo com o que a Ordem Mundial da Saúde recomenda, levando em conta assim que há uma possível realização de dumping ambiental ocorrendo nesses locais. Sendo dessa forma, garantindo a acumulação de capital através da espoliação.

² Segundo o Ministério do Meio Ambiente "Mitigação é definida como a intervenção humana para reduzir as emissões por fontes de gases de efeito estufa e fortalecer as remoções por sumidouros de carbono, tais como florestas e oceanos."

Capítulo V – Os reassentamentos da Vale em Moatize

Segundo Mosca & Selemene (2011) os dados que a Vale divulgam não indicam claramente o custo total do reassentamento. Segundo a própria empresa, foram investidos na parte social durante a fase de estudos de viabilidade 7.000.000 dólares americanos.

A mina de carvão da Vale envolveu o reassentamento de 1.365 famílias, em torno de 5 mil pessoas, que viviam perto das aldeias de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe e foram redistribuídas em dois reassentamentos ou foram compensadas financeiramente.

LOCAIS DAS ALDEIAS ORIGINAIS E REASSENTADAS NA PROVÍNCIA DE TETE



Figura 4: Locais das aldeias originais e reassentadas na província de Tete

Fonte: Human Right Wacth (2013)

A transferência da população afetada pelo megaprojeto da Vale aconteceu entre 9 de Novembro de 2009 e 28 de Abril de 2010 foram reassentadas em dois locais diferentes: Cateme, a 40 Km de Tete e Bairro 25 de Setembro, na Vila de Moatize. Mosca & Selemane (2011)

A Vale reassentou 289 agregados familiares em 25 de Setembro, concebido como um bairro urbano na cidade de Moatize. A compensação não inclui terras agrícolas, mas incluiu bombas de água em cada casa, uma promessa de reformar a escola primária e o hospital de Moatize e novas casas. Este reassentamento foi feito para as pessoas que dependem principalmente de empregos assalariados em vez de empregos na agricultura (HUMAM RIGHTS, 2013, p. 46)

Foi realizada uma um censo pela Vale para classificar as famílias e dividi-las entre os dois destinos. As famílias foram classificadas em rural e urbana. Segundo

esse censo 717 foram classificadas como rurais e 596 como urbanas. Alguns teóricos, como Selemene (2011) acredita que essa separação foi proposital para que não houvesse uma grande articulação entre as populações reassentadas.

Houve famílias que não concordaram em mudar-se para os reassentamentos. A Vale proveu assistência para 106 famílias para que elas pudessem comprar uma casa e uma compensação financeira direta para 254 famílias:

Os funcionários da Vale disseram à Human Rights Watch que eles não anunciaram proeminentemente a possibilidade de assistência financeira directa ou indirecta, por medo que as comunidades afectadas gastassem todo o seu dinheiro de forma rápida e, em seguida, ficassem em condições vulneráveis, sem habitação e terra adequada. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p. 47)

V.I Problemas dos reassentamentos

Os familiares das comunidades reassentadas pela Vale sofreram problemas significativos nos reassentamentos que tange seus direitos econômicos e sociais, incluindo a autonomia para adquirir comida, água, acesso a trabalho e a saúde. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013)

Segundo vídeo divulgado pelo O Estadão em 31/10/2013 o líder da comunidade reassentada, Saize Roia, relata o seguinte:

Quando chegou a Vale, quando começou a fazer a pesquisa, falava que todo mundo vai ser reassentado: todos vão ter emprego. Então nós ficamos satisfeitos com a empresa vinha boa (sic). A gente falava assim: boa vinda dessa empresa porque vai acabar com a pobreza. Enquanto era uma política falsa. Desenvolvimento que aparece sempre greve, que desenvolvimento é esse? Não é nenhum desenvolvimento para os reassentados, não! Não! Para aqueles grandes, ou posso dizer para os chefes máximos pode se dizer que há desenvolvimentos. Mas para pessoas que foram reassentadas zero. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

Segundo relato de outro morador, Isac Sampanha, oleiro, a Vale fez capacitações com alguns moradores em funções como carpinteiros, pedreiros e encanadores entre outros, e estes trabalharam na Odebrecht por um período curto de tempo e depois foram dispensados. Isac reclama que anteriormente eles tinham

certa independência econômica por causa da olaria, e agora isso não é mais possível com a ocupação da empresa no local onde eles fabricavam os tijolos.

Segundo pesquisa da Human Rights Watch (2013) as terras agrícolas do reassentamento de Cateme, núcleo rural dos reassentados, as autoridades locais e empresarias reconhecem a baixa qualidade para o plantio e o difícil acesso a água:

As comunidades também tiveram as suas opções de trabalho não-agrícola reduzidas e um abastecimento de água errático. Eles agora vivem a cerca de 40 km de um grande mercado, em comparação com apenas alguns quilômetros antes do reassentamento. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 48)

Mesmo com a suposta melhora das novas habitações, a troca da casa de madeira pela casa de alvenaria, essas se encontram em péssimas condições com rachaduras e infiltrações, denunciam uma má construção nos reassentamentos:

As famílias reassentadas em Cateme tiveram que viver sem acesso adequado a terra agrícola de substituição por três anos, devido aos atrasos na alocação de terra por parte do governo. Os agregados familiares em Cateme e Mwaladzi tiveram problemas com o abastecimento de água irregular durante meses após o reassentamento. (...) Muitas das melhorias de infraestrutura só aconteceram depois do reassentamento e depois de reclamações feitas pela comunidade, tais como a construção de uma estrada de acesso para ligar Cateme à estrada principal (...) (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 52).

A maioria dos reassentados de Cateme eram agricultores e oleiros, vendiam o tijolos, carvão vegetal, lenha, frutas e legumes nos mercados próximos a Moatize. Segundo o relatório da Human Rights Watch (2013) no país é normal encontrar agregados familiares com atividades econômicas primárias, com um pedaço pequeno de terra chamado *machamba* para a produção de parte de seu alimento.

No reassentamento de Cateme, a produção de alimentos caiu de maneira drástica por causa da baixa qualidade do solo. Nas casas onde os reassentados viviam anteriormente tinham terrenos de solos férteis onde podiam plantar culturas de subsistência como o milho e a mapira, no Brasil conhecido como sorgo, hortas nas margens dos rios Zambeze e Revuboé e outros corpos d'água próximos a aldeia. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013)

Terese J. disse ao Human Rights Watch o seguinte:

[Antes do deslocamento] eu tinha um grande terreno para a agricultura e uma pequena parcela de legumes. Eu poderia encher o meu armazém de milho. Eu produzia cerca de quatro a cinco sacos

de mapira. Nós produzíamos o suficiente para nós mesmos ... Às vezes a gente até podia vender [o excedente]. Nós nunca ficávamos muito tempo sem alimentos. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p. 54)

Segundo pesquisa de campo da Human Rigths Watch-funcionários da Vale e um especialista em agricultura afirmaram que as terras de Cateme são de qualidade variável, sendo que algumas parcelas são incapazes de produzir culturas básicas que antes era possível nas antigas comunidades dos reassentados e sem investimento em irrigação seria impossível haver produção agrícola:

Em resposta à incapacidade dos agricultores de cultivar quantidades suficientes do seu próprio alimento nas suas terras, como faziam anteriormente, tanto a Rio Tinto como a Vale, após atrasos, têm apoiado programas periódicos de distribuição de alimentos. A terra, em muitos casos, é rochosa, distante de fontes de água e imprópria para a produção de uma quantidade e variedade de culturas básicas de preferência: o milho e a mapira.(HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p.xx)

Os reassentados entrevistados pela Human Rights Watch disseram que antes conseguiam cultivar cerca de quatro culturas diferentes e após o deslocamento somente uma cultura:

Sobrecarregados com a terra pouco produtiva e meios limitados de ganhar rendimento em dinheiro, alguns agregados familiares reassentados batalharam para ter comida suficiente para comer. Senolia S., reassentada em Cateme, disse: "Nós costumamos comer três refeições, pequeno almoço, almoço e jantar. Quando não há comida, podemos passar um dia inteiro sem comer até mesmo sem uma dessas refeições (...)" Eu não posso comer esta casa. Só quero saber onde é que eu posso obter comida."Teresa J. disse à Human Rights Watch:" Eu estou sempre preocupada com comida ... Estou dependente dos meus filhos, às vezes eles dão-me pouco. Quando eu estava em Chipanga, eu produzia a minha comida (...) Cristina L., disse, Estamos sempre preocupados, porque temos filhos. Normalmente temos três refeições por dia. Às vezes, quando vemos a comida a acabar, reparamos que temos de poupar e deixar para o pequeno almoço. Às vezes nós vamos para a cama sem comer. Quando temos menos comida, cozinhamos para os filhos, e eu e o meu marido vamos para a cama sem comida (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p. 65)

Além dessa problemática da qualidade do solo dos reassentamentos, foram relatados que algumas glebas de terras fornecidas à população pelo Estado já tinham donos, e algumas famílias ficaram sem terras. Segundo a Vale já existiam 67 famílias nessa situação e a Vale só descobriu isso após a mudança das famílias reassentadas. Senolia S., uma agricultora de 60 anos de idade, em Cateme, disse:

Eu produzi milho no primeiro ano [2010]. No segundo ano, as pessoas vieram e disseram que a terra era delas. Eu deixei o milho que eu já havia plantado. Fui para Vale e disse-lhes que a terra que tinham-me dado pertencia a outros. Eles disseram que iriam dar mais terra. Isto já foi há dois anos. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 58)

Em Abril de 2013, os representantes da Vale disseram à Human Rights Watch que, numa decisão do governo da província de Tete, foram oferecidas novas parcelas ou compensações financeiras capazes de substituir a terra de 87 famílias prejudicadas. Até a elaboração do relatório da Human Rights Watch, não tinha ainda ocorrido nenhum fornecimento de compensação adicional para as famílias que foram prejudicadas com a mudança. O governo de Tete queria que ocorresse uma compensação financeira para esses prejudicados, ao invés do segundo hectare de terra. A gestora-geral da Vale para a responsabilidade social empresarial, Liesel Filgueiras, relatou que:

É importante compreender que, nas nossas discussões com o governo, a melhor abordagem é [atribuir] o segundo hectare de terra, nós queríamos que isso acontecesse. [A compensação financeira] foi decisão do governo Estamos muito preocupados com esta abordagem. Isto pode gerar uma espécie de actualização falsa em termos de rendimento que não é sustentável. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p.)

Segundo notícia do site “Jornal Minha Terra dos Emigrantes de Luxemburgo” de 26/01/2014 a empresa afirmou que irá indenizar as famílias reassentadas do Bairro 25 de setembro. Em dezembro de 2013 as famílias reassentadas do bairro 25 de Setembro fizeram uma manifestação contra a proposta de indenização fornecida pela Vale e reivindicaram uma compensação justa pelos terrenos agrícolas que perderam com o megaprojeto.

O argumento da Vale em relação a esses terrenos agrícolas é que apesar deles estarem dentro da área de exploração, eles ainda não tinham começado a explorar nos terrenos antigos dessas famílias reassentadas, por esse motivo, essas

famílias poderiam usufruir do terreno antigo para continuar a realizar a suas atividades econômicas. Porém, a distancia entre o bairro e a os terrenos era longa, dificultando o acesso dos camponeses, dessa forma a população se sentia prejudicada.

Além de o Estado ter fornecido terrenos onde não é possível que os camponeses continuem com suas atividades agrícolas, a Vale ter fornecido casas onde com poucos anos já se encontram com problemas estruturais, outro problema enfrentados pelos moradores é a falta de água potável.

O reassentamento encontra-se em zonas áridas com ausência de recursos hídricos, uma situação oposta a antiga comunidade. Antes os moradores contavam com os rios Zambeze e Revuboé para a irrigação de suas culturas e pecuária bovina. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013)

A solução encontrada pela Vale foi a instalação de bombas d'água tanto em Cateme quanto em 25 de Setembro, porém esse não foi o suficiente para cobrir a demanda de água da população, ou seja as vezes falta água nos reassentamentos. Por isso, muitas famílias diminuíram suas quantidades de animais. Muitos gostariam de cultivar hortas, mas não é possível pela escassez da água:

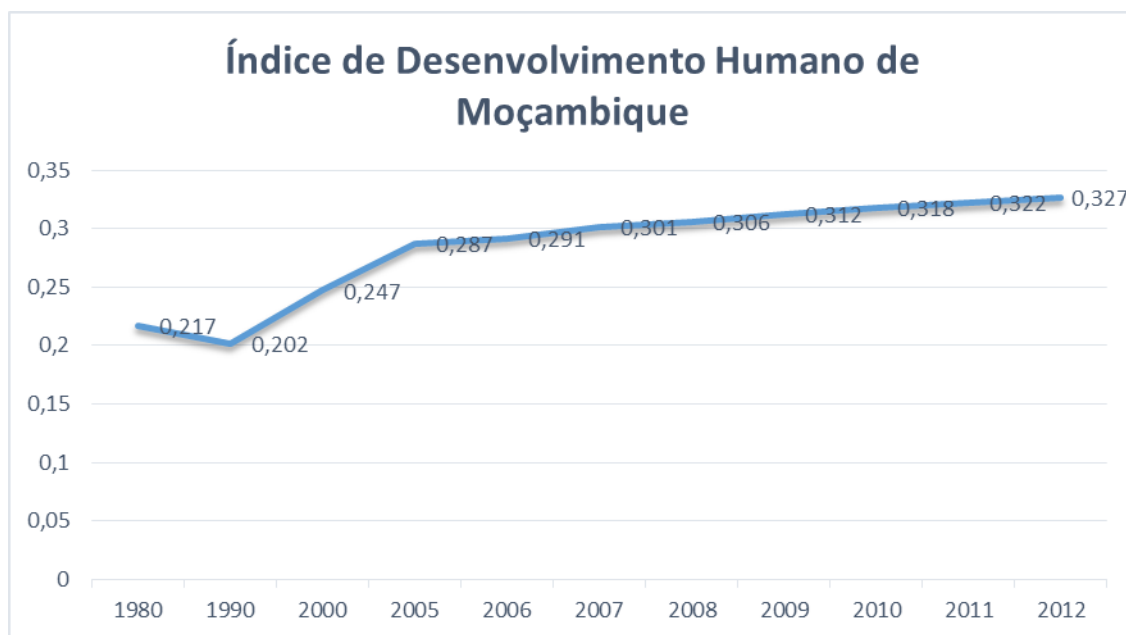
Elvira A., uma moradora de 25 de Setembro, disse: "Estamos a sofrer muito porque estamos a pagar por água enquanto que estamos habituados a ter água de graça e porque estamos a comprar alimentos que costumávamos produzir nós mesmos." (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p 71)

Antes a população tinha acesso livre a água diretamente nos rios, agora é necessário pagar por ela. Em 2012 a Vale fez alguns reparos para melhorar a distribuição de água tanto em Cateme quanto no 25 de Setembro. Mas ainda não há pesquisa para saber se as melhorias de infraestrutura realizadas conseguiram alterar a qualidade de vida dos reassentados quanto ao uso agrícola. Para essas informações a pesquisadora entrou em contato com a assessoria da Vale, a qual indicou o e-mail da responsável por este assunto, mas está nunca retornou aos e-mails. Dessa forma, fica difícil saber a posição da Vale em relação a este assunto.

Capítulo VI - Desenvolvimento econômico de Moçambique

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), podemos observar que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique obteve um sutil aumento, porém no ranking Moçambique continua com uma péssima colocação, 185º, antepenúltimo do ranking, ou seja um dos primeiros países mais pobres mundialmente reconhecido pela ONU. A tabela abaixo demonstra

em valores a evolução do IDH de Moçambique e também a evolução das variáveis ao longo dos anos. Em 2012, Moçambique encontra-se com um IDH de 0,327, considerado um baixo desenvolvimento humano, e o Brasil, em comparação, 0,73 um médio desenvolvimento humano, já que o PNUD, considera um desenvolvimento humano alto acima de 0,753.



	1980	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Moçambique	0,217	0,202	0,247	0,287	0,291	0,301	0,306	0,312	0,318	0,322	0,327
Brasil	0,522	0,59	0,669	0,699	0,704	0,71	0,716	0,719	0,726	0,728	0,73
Desenvolvimento Humano muito alto	0,773	0,817	0,867	0,889	0,892	0,896	0,898	0,898	0,902	0,904	0,905
Alto Desenvolvimento Humano	0,605	0,656	0,695	0,725	0,732	0,738	0,745	0,747	0,753	0,755	0,758
Médio Desenvolvimento Humano	0,419	0,481	0,549	0,589	0,599	0,609	0,617	0,624	0,631	0,636	0,64
Baixo Desenvolvimento Humano	0,315	0,35	0,385	0,424	0,432	0,442	0,448	0,455	0,461	0,464	0,466

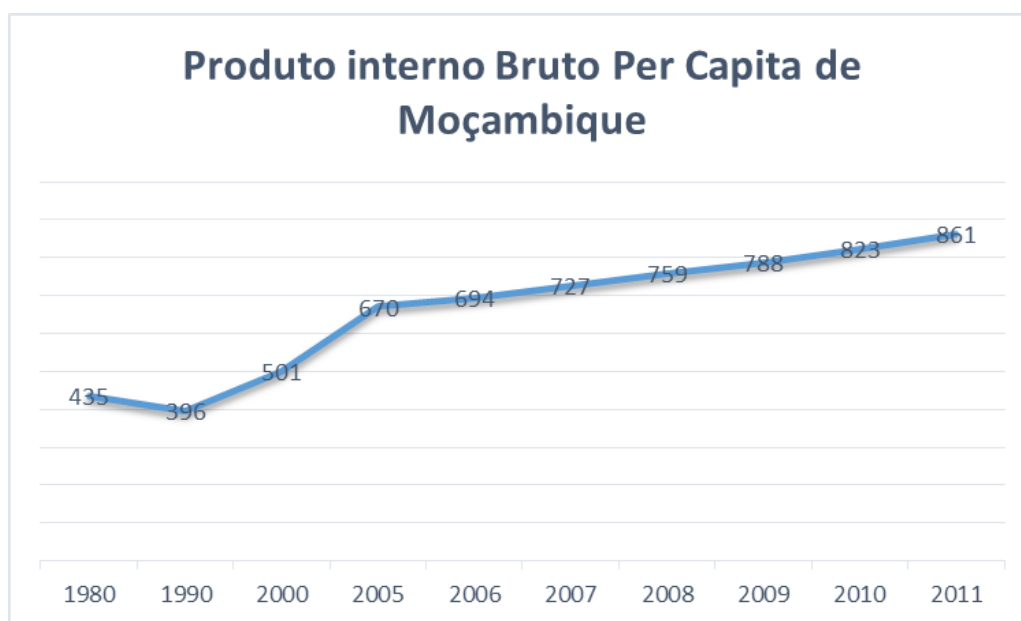
Figura 5: IDH de Moçambique

Fonte: <https://data.undp.org/dataset/Human-Development-Index-HDI-value/8ruz-shxu>

A mesma fonte de dados nos relata que em trinta anos o PIB per capita do país até 2011 conseguiu dobrar, em 30 anos, onde passou de US\$435 em 1990, para US\$861 em 2011. Ainda em comparação com países mais desenvolvidos, é um PIB baixo.

Segundo o PNUD, abaixo segue uma tabela das variáveis classificadas pelo desenvolvimento humano através do PIB per capita, onde percebemos que o PIB

per capita de Moçambique está abaixo do esperado. Em 2011, por exemplo, o país apresentou 861 de dólares de PIB per capital, sendo que o PNUD entende que abaixo de 1621 dólares, o dobro, já é uma variável abaixo do esperado. Em contrapartida, um país considerado com um alto desenvolvimento humano apresenta como PIB per capita em 2011 de 32931 dólares, 3.824% a mais que Moçambique.



	1980	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Moçambique	435	396	501	670	694	727	759	788	823	861
Desenvolvimento Humano muito alto	19686	24052	29397	31804	32593	33278	33130	31734	32548	32931
Alto Desenvolvimento Humano	7928	8506	8291	9797	10313	10861	11209	10751	11228	11572
Médio Desenvolvimento Humano	1051	1529	2502	3366	3663	4024	4268	4528	4887	5203
Baixo Desenvolvimento Humano	1136	1126	1185	1345	1404	1466	1507	1544	1597	1621

Figura 6: PIB per capita, em US\$, segundo o PNUD

Fonte: <https://data.undp.org/dataset/>

O comércio exterior de Moçambique em 2012 obteve uma variação de 44,7% em relação ao ano de 2008, de US\$ 6,66 bilhões para US\$ 9,63 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Moçambique estava em no 126º mercado mundial, 118º exportador e o 121º importador. (BRASIL, 2013)

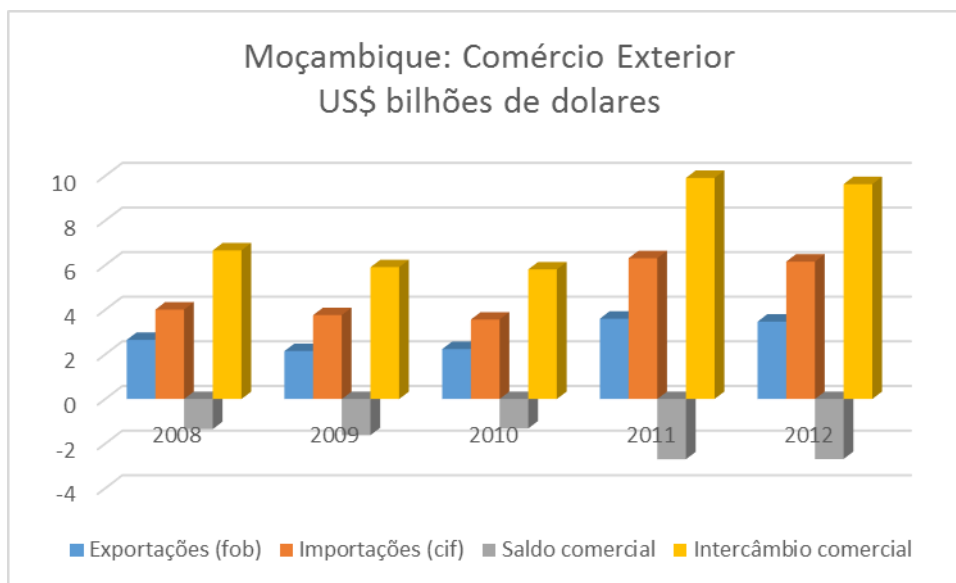


Figura 7: Moçambique: Comércio Exterior

Fonte: BRASIL (2013)

Tradicionalmente, os produtos exportados por Moçambique são: Amêndoa de Caju, algodão, açúcar, tabaco, castanha de caju, Bunkers, camarão, madeira e reexportação de combustíveis. Ao longo dos anos analisados, recorte de 2006 a 2011 temos o seguinte cenário:

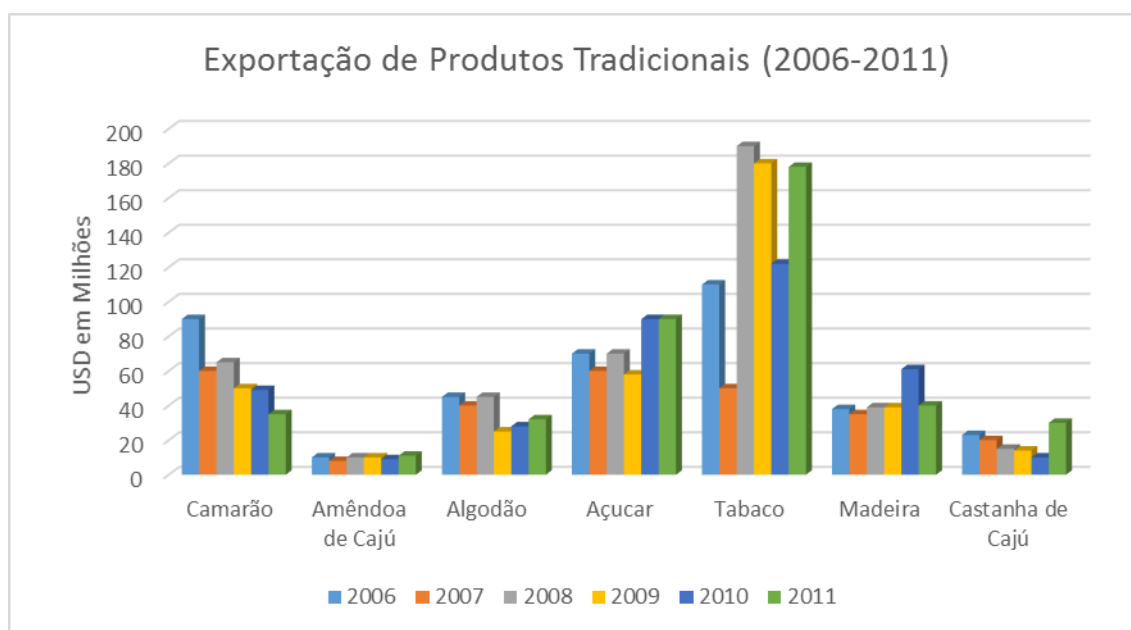


Figura 8: Exportação de Produtos Tradicionais

Fonte: Boletim Anual do Banco de Moçambique (2009, 2010 e 2011)

A pauta de exportações de Moçambique, até 2012, é concentrada em alumínio e combustíveis. No mesmo ano, esses dois produtos representaram juntos 59,2% do total de exportação realizados no país. Os produtos estão incluídos as barras e perfis de alumínio; coques e semicoques; gases de petróleo; energia elétrica. Após essas duas categorias seguiram-se: minérios com 6,9%; fumo 6,6%; e açúcar 4,3%. (BRASIL, 2013)

MOÇAMBIQUE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

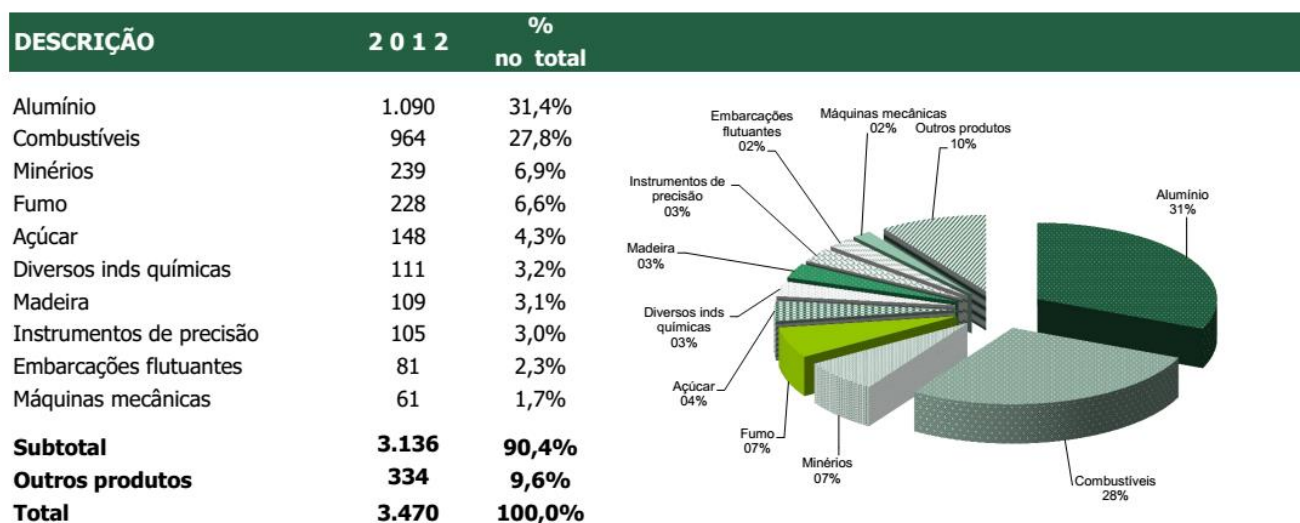


Figura 9: Moçambique: Composição das exportações

Fontes: BRASIL (2013)



Figura 10: Exportação dos grandes projetos

Fonte: Boletim Anual do Banco de Moçambique (2011)

Em 2009 e 2010 a exportação de carvão ainda não havia começado, já que as exportações da Mina de Moatize iniciaram no segundo semestre de 2011, apenas no relatório de 2011 que começa a aparecer o carvão como um produto de referência em exportação.

Sobre o destino das exportações moçambicanas, entre o período de 2007 a 2011, a Holanda absorveu cerca de 50% do total das exportações e a África do Sul 18%. A China e Índia, economias emergentes, absorveram 2% cada. O Brasil e a Rússia registaram valores abaixo de 1% cada. (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2011)



Figura 11: Destino das exportações

Fonte: Boletim Anual do Banco de Moçambique (2011)

Segundo BRASIL (2013), a União Europeia, com 41%, foi o principal destino das vendas de Moçambique em 2012, seguida da Ásia, com 28%, e a África com 24%. Individualmente, os Países Baixos foram o principal comprador de Moçambique em 2012, com 26,6% do total. O Brasil alcançou a 34ª posição, 0,2% do total de compradores.



Figura 12: Direção das exportações em 2012

Fonte: BRASIL (2013)

Os países vizinhos de Moçambique são os principais fornecedores do mercado interno do país. Somente em 2012 somaram 34% do total, seguidos pela Ásia, com 32% e a União Europeia com 23%. A África do Sul foi a fornecedora individual de bens com 31,5% do total comercializado. Logo em seguida os Países Baixos, 9,3%, Emirados Árabes Unidos, 7,4%, Bahrein, 6,3%, Reino Unido, 6,1% e a China. O Brasil ocupou a 8ª colocação com 4,6% da demanda total de importação. (BRASIL, 2013)

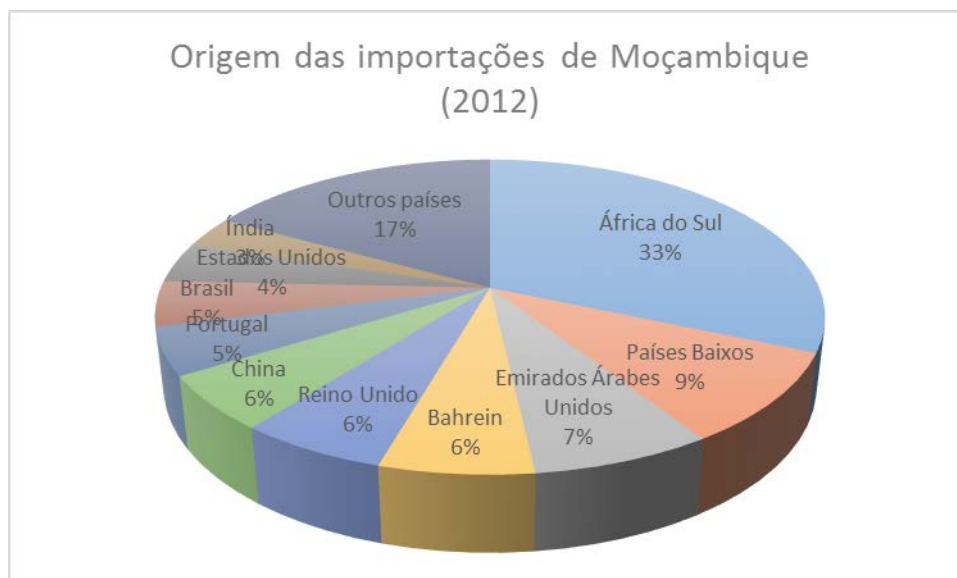


Figura 13: Origem das importações de Moçambique

Fonte: BRASIL (2013)

Os números segundo o Boletim Anual do Banco de Moçambique de 2009 a 2010 demonstrou que os megaprojetos instalados em Moçambique tinha uma grande participação na balança comercial do país em relação a importação de produtos, 72 %, já que esses projetos, em fase inicial, precisam de grandes investimentos como maquinários e construções de vias para o escoamento de seus produtos, como o Corredor de Nacala, acima citado.

Outro dado observado foi o aumento da dívida no país, por parte das empresas privadas desses megaprojetos, bem como também o aumento de bens relativos ao mesmo motivo. Outro fator interessante analisado dentro desses relatórios foram que nesses três anos analisados, o Brasil dominou cerca de 40% de investimentos no país em relação aos demais países, com domínio da indústria extrativa de 84% em 2011

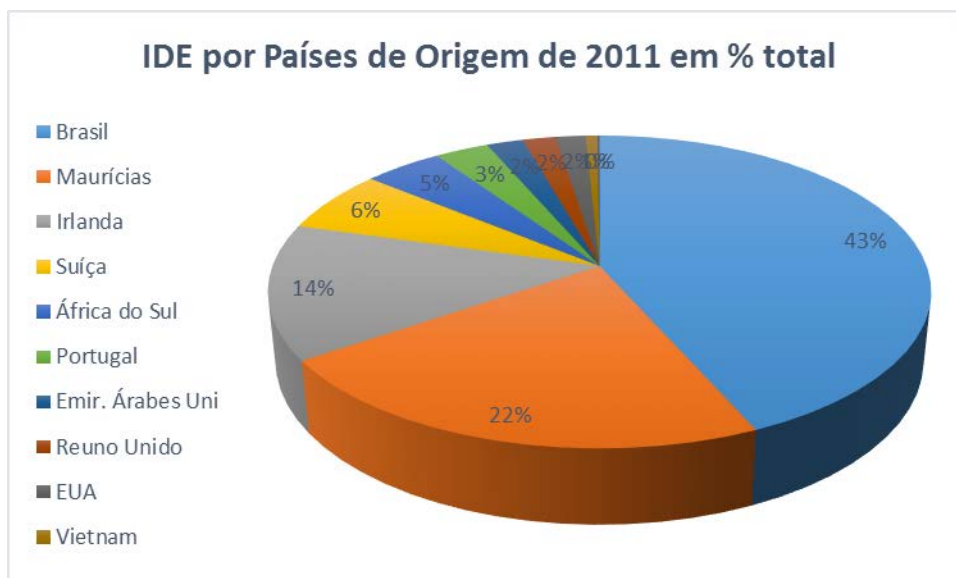


Figura 14: IDE por países de origem em 2011

Fonte: Boletim Anual do Banco de Moçambique (2011)

Esses dados demonstram que ultimamente, a indústria extrativa começou a dominar os investimentos estrangeiros, que, em média, pertencem a 95% dos investimentos dentro de Moçambique. Nos últimos anos o Brasil começa a dominar nos investimentos dentro do país, através da Mineradora Vale.

Em 2010 o Presidente Lula anunciou em sua visita à África que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) autorizou US\$ 80 milhões em financiamentos para beneficiar as exportações brasileiras destinadas às obras do corredor de Nacala (BBC, 10/11/2010)

Segundo Thelo Rolling Stock, empresa Sul Americana, fechou com a empresa Vale S.A. a compra financiada de 53 milhões de dólares de 18 locomotivas para operar no corredor de Nacala. Financiamento este cedido pela própria empresa fornecedora.

A capacidade nominal das operações da Vale em Moatize está estimada em 11 milhões de toneladas por ano. A intenção da mineradora é investir US\$ 761 milhões neste ano para a construção da segunda fase do projeto Moatize. Contando com este investimento, o projeto irá custar cerca de US\$ 2 bilhões.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, em setembro do ano passado afirmou, logo que a mineradora fará um investimento de R\$ 9 bilhões apenas na logística nos próximos cinco anos. (Valor, 29/05/2014)

Considerações Finais

Para o Marx (2013) o processo de acumulação primitiva se deu na forma de captação dos recursos que seriam necessários aos capitalistas. Assim foi possível possuir os meios de produção e obter a dominação sobre a força de trabalho dos proletariados. A acumulação primitiva tornar-se, portanto, importante para entendermos como os capitalistas, ou burgueses, puderam ser detentores dos meios de produção e ampliar sua base de dominação produtiva, política e ideológica.

Harvey (2006) explica que na teoria elaborada por Marx (2013) a acumulação de capital é a essência do capitalismo, ou seja, sem a acumulação o capitalismo não crescerá. Esse crescimento do capital está atrelado a um processo de contradições internas, o que o autor chama de tensões. Contradições geradas pelo excedente de mão de obra, meios de produção e mercado consumidor onde "(...) o capital é um processo de circulação entre produção e a realização. Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente as dimensões e as formas da circulação". (HARVEY, 2006a, p. 73).

Segundo Rosa Luxemburg (1983) a acumulação de capital ocorre de duas formas, que são distintas e necessárias para que se realizem. Uma é através da produção de mais-valia, processo feito entre o capitalista, detentores de meio de produção, e o trabalhador assalariado. A outra forma se produz através das relações não-capitalistas, que se estabelecem por meio de métodos de políticas coloniais, empréstimos internacionais, guerras e apropriação territorial. Essa é a linha de raciocínio que a autora utiliza para explicar a questão sobre imperialismo.

Marx (2013) afirma que a acumulação primitiva é o processo histórico que separa o camponês, que obtinha seu meio de produção, da terra. O camponês desapropriado, a partir de então, teve que trabalhar para terceiros em suas antigas terras para poder se sustentar.

Para Harvey (2005) a acumulação primitiva, ao contrário do que se pensava Marx, ela não é primitiva, mas necessária para a perpetuação da acumulação de capital. Ele afirma que todo processo ocorrido na era pré-capitalista como a expulsão violenta de populações, o comércio de escravos, a usura, o monopólio da violência exercida pelo Estado e tantas outras ações ainda ocorrem nos tempos atuais para que o capital possa ser acumulado.

Os princípios do Subimperialismo estão nas categorias elaboradas por Marini sobre a superexploração do trabalho e a transferência de valor. A superexploração do trabalho seria a geração de mais-valia dita extraordinária, ou seja, com salários abaixo daquilo que se necessitaria para viver. A superexploração do trabalho não deixa que a economia do território explorado consiga criar uma economia suficiente para que possa desenvolver um mercado consumidor, ou seja, é deixar que esse território continuasse pré-capitalista. Sobre a questão do subimperialismo brasileiro dentro de Moçambique, levando em consideração a quantidade de dinheiro investido pela multinacional brasileira, há uma necessidade de um aprofundamento na pesquisa para afirmar se é tal isso, já que há investimentos diretos brasileiros, através do BNDES para a realização de obras de infraestrutura no país.

Observamos dentro do processo da constituição do projeto “Moatize” desapropriação da população anteriormente residente nesta área, sendo ela realocada em áreas onde essa população não consiga a mesma qualidade de vida, seja ela baixa, por não ter terrenos férteis para a reprodução de sua sobrevivência. No que tange a questão da infraestrutura colocada pela Vale S.A., estas até o momento da conclusão do relatório também não atingiu a expectativa dos moradores, já que a construção das casas dos realocados são de baixa qualidade e em pouco tempo, estão dando problemas, como por exemplo, rachaduras.

Segundo discursos encontrados em notícias como, por exemplo, do O estadão (data), e o relatório da HUMAN RIGHTS WACTH (2013), a quantidade de problemas e a situação da população realocada, em suma, piorou com a chegada da minerado brasileira.

No que tange a perspectiva do país como um todo, a quantidade de dólares que foram e serão investidos será aproximadamente de 9 bilhões de dólares, que serão investidos somente do Corredor de Nacala para o escoamento do carvão.

Além desses dados encontrados, a Vale S.A. não respondeu até o momento os questionamentos feitos através de e-mails a respeito dos reassentamentos e também no site da Vale S.A. em seus balanços patrimoniais, não é possível analisar o lucro apenas do projeto “Moatize”, ficando difícil saber a quantia de lucro obtido até o momento com esse projeto. Por outro lado, as pesquisas de José & Sampaio (2011) apontam que nessa localidade onde está instalada a multinacional, é uma das maiores jazidas de carvão mineral do mundo. Através desse grande

investimento realizado pela Vale S.A., podemos concluir que o retorno esperado com a exploração do carvão mineral será gigantesco, compensando todo o investimento realizado pela mineradora.

Dessa forma, podemos concluir que, apesar desses megaprojetos desenvolverem de alguma maneira a economia e a infraestrutura do país, ficam claro que todo esse investimento realizado pela Vale S.A. não terá um retorno para a população moçambicana, talvez alavancará a economia do país, mas os Índices de Desenvolvimento Humano continuaram baixos, e vai depender da perspectiva política para que haja um melhor investimento dessas empresas, através do recolhimento de impostos, por exemplo, dentro do país.

Ainda assim, com essa pesquisa, ainda não foi possível confirmar de fato algumas suspeitas como a questão ambiental e fiscal dentro de Moçambique, já que para tal, seria necessário uma pesquisa em loco para poder averiguar essas questões. O que foi possível averiguar foi alguns relatos em notícias levantando essa questão, com algumas afirmações que dentro da política moçambicana não há fiscalização ou leis claras que regulamente a exploração mineral, o que facilita a prática da acumulação por espoliação.

Referências Bibliográficas.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer., PAULANI, Leda Maria. **Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses de financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 2, p. 243-272, ago. 2011.

AMARAL, Marisa S. **Teorias do Imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do Capitalismo.** 2012, 147 f. Tese (doutorado) – Faculdade de economia, administração e contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012.** Disponível em:

<http://atingidospelavale.wordpress.com/2012/04/18/relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2012/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2012.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Boletim Anual da Balança de Pagamentos** – Ano cinco, nº 5 (2009) – Maputo: BM/DEE, 2009. Disponível em:

http://www.bancomoc.mz/Files/DEE/Boletim%20Anual%20BOP_2009.pdf

Acesso em: 29 de Maio de 2014

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Boletim Anual da Balança de Pagamentos** – Ano 6, nº 6 (2010) – Maputo: BM/DEE, 2010. Disponível em:

[http://www.bancomoc.mz/Files/DEE/Boletim%20Anual%20BOP_2010%20revisto\[1\].pdf](http://www.bancomoc.mz/Files/DEE/Boletim%20Anual%20BOP_2010%20revisto[1].pdf)

Acesso em: 29 de Maio de 2014

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Boletim Anual da Balança de Pagamentos – Ano sete, nº 7 (2011) – Maputo: BM/DEE, 2011.** Disponível em:

http://www.bancomoc.mz/Files/DEE/Boletim%20%20Anual%20%20BOP_2011.pdf

Acesso em: 29 de Maio de 2014

BANCO MUNDIAL; INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana. Parceria Sul-Sul para o Crescimento,** 2011. Disponível em

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12637>

Acesso em: 12 set. 2012

BELUCCI, Beluce. **Tudo e Nada: A aposta do Capital em Moçambique.** XXII Assembleia Geral Ordinária da CLACSO, IV Conferência Latino-americana.

BELUCCI, Beluce. **Tudo e Nada: a ironia do Capital.** Revista Insigth Inteligência.

BERALDO, Laura. **A categoria Subimperialismo: breves considerações.** In Seminário de crítica da economia política, 1, 2012, Teófilo Otoni, Anais... Disponível em <http://www.secep.com.br/arquivos/A_categoria_Subimperialismo-breves_consideracoes..pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Dados Básicos e principais indicadores econômico-comerciais. Brasília, 2013. Disponível em: Acesso em:

BUGIATO, Caio M. **Teoria do Imperialismo: John Hobson.** Revista de Iniciação Científica da FFC, Marília, v.7, n.2, p 126-139, 2007.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: Identidades, colonialismo e Libertação.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

Caribenha de Ciências sociais, 20 a 25 de agosto de 2006, rio de Janeiro, brasil.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. **Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique.** Cadernos IESE, Maputo, nº01/2010, 2010.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE**. 2010b.

DEL ROIO, Marcos Del. **Uma nota sobre a Teoria do Imperialismo**. In Colóquio Marx e Engels, n. IV, 2005, Campinas. Anais... Campinas: CEMARX, 2005. p. 1-10.

Disponível em

<<http://www.unicamp.br/ce marx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c6.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2013

DUARTE, Pedro Henrique E.; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**. In Colóquio Marx e Engels, n. V, 2007, Campinas. Anais... Campinas: CEMARX, 2007. p. 1-10.

Disponível em <

http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf> Acesso em: 05 de agosto de 2013

ELIA, Gianluca. **O Subimperialismo brasileiro na África: estudo de caso sobre Moçambique**, 2012. 101 f. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. Tradução Osvaldo Coggila. São Paulo: Boitempo, 2010.

HANLON, Joseph. **Mozambique's elite - finding its way in a globalised world and returning to old development models**. ONU-WIDER, 2010. Disponível em http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2010/en_GB/wp2010-105/

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução Berilo Vargas. 9ª ed. Rio de Janeiro: ed. Record, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006a

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo: a acumulação por espoliação**. Socialist Register 2004: O novo desafio imperial, Buenos Aires, CLACSO, 2006b. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/Socia04br.pdf>> Acesso em: 15 junho de 2013

HUMAN RIGHTS WATCH. **O que é uma casa sem comida? O boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento**. Estados Unidos da América, HWT, 2013

JOSÉ, David Selemene; SAMPAIO, Carlos Hoffmann. **Estado da arte da mineração em Moçambique: caso carvão de Moatize, Tete**. III Congresso Brasileiro de Carvão Mineral, anais de congresso 2011 Gramado RS. Verificar a página do artigo na internet citar corretamente,

LANGA, José Maria do Rosário Chilaúde. **Análise de impactos da produção de alternativas agroenergéticas em Moçambique: O caso da província de Manica**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2012.

LANGA, J. M. R. C.; SOUZA, J. G. ; HESPANHOL, R. A. M. . A produção de alternativas agroenergéticas e a questão da terra em Moçambique: a província de Manica. **Campo - Território**, v. 8, p. 1-31, 2013.

LENCIONI, Sandra. **Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea**. Confins, 2012. Disponível em: < <http://confins.revues.org/7424> >, acesso em 03 de julho de 2013

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Fase superior do capitalismo.** Tradução Leila Prado. 4ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008

LUCE, Mathias Seibel. **A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual.** In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011b.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria.** 2011. 225 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011a.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo.** Tradução Moniz Bandeira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MARCONDES, Andrea M. P. **As raízes históricas e teóricas do Imperialismo.** Revista Interm@as, Araçatuba, V. 12, N 12, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo.** Tomado de Cuadernos Políticos, México, n.12, p.1-26, abril-junho, 1977.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção de capital. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATSINHE, Leví S. **Moçambique: Uma longa caminhada para um futuro incerto?** 2011. 117 f. Dissertação (mestrado em relações internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete: os mega projectos de mineração.** Maputo: Centro de Integridade Pública, 2011

NICOLAU, Quintília da Conceição. **Análise das Transformações técnicas produtivas da avicultura de corte em Moçambique: Do Estado Estruturante ao Liberalismo Econômico**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Jaboticabal, 2008.

NICOLAU, Q. C.; BORGES, A. C. G.; SOUZA, J. G. Cadeia produtiva avícola de corte de Moçambique: caracterização e competitividade. **Revista de Ciências Agrárias (Lisboa)**, v. 34, p. 182-198, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **História geral da África VOL. VIII: África desde 1935**. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe

SOUZA, Angelita Matos. **Brasil e América Latina sob os governos do Partido dos Trabalhadores**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 14., 2013, Lima. **Anais...** Lima: Comitê Nacional do Peru e Comissão de Estudos Latino-americanos, 2013. P.1-19. Disponível em: < http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Angelita-Matos-Souza.pdf> Acesso em: 10 de setembro de 2013.

SOUZA, José Gilberto . A Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 34, p. 147-176, 2009.

SOUZA, José Gilberto . Limites do território. **Agrária (São Paulo. Online)**, v. 10, p. 99-130, 2009a.

WONDJI. – Brasília : UNESCO, 2010.

“PRESENÇA GLOBAL”, VALOR ECONÔMICO, Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.revistavalor.com.br/home>.

aspx?pub=3&edicao=5.

“GRUPO BRASILEIRO VALE QUER VENDER 50% DA PARTICIPAÇÃO QUE CONTROLA NO CORREDOR DE NACALA, EM MOÇAMBIQUE”, Macauhub, Dezembro de 2013. Disponível em <http://www.macauhub.com.mo/pt/2013/12/03/grupo-brasileiro-vale-quer-vender-35-da-participacao-que-controla-no-corredor-de-nacala-em-mocambique/>

“GRUPO BRASILEIRO VALE ANUNCIARÁ ATÉ JUNHO DE 2014 NOVO PARCEIRO NO CORREDOR DE NACALA, EM MOÇAMBIQUE”, Macauhub, Dezembro de 2013. Disponível em <http://www.macauhub.com.mo/pt/2013/12/19/grupo-brasileiro-vale-anunciara-ate-junho-de-2014-novo-parceiro-no-corredor-de-nacala-em-mocambique/>

“NACALA: O ‘CORREDOR DA PROMESSA’”, Mozambique.org, s.d.. Disponível em <http://www.mozambique.org.br/PT/index.php/negocios/77-noticias/192-nacala-o-corredor-da-promessa>

“VALE SE TORNA A MAIOR INVESTIDORA DO BRASIL NA ÁFRICA E É ALVO DE CRÍTICAS”, O Estadão, Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,vale-se-torna-a-maior-investidora-do-brasil-na-africa-e-e-alvo-de-criticas,1091746,0.htm>

“1365 FAMILIAS REASSENTADAS PELA VALE RECORREM AO GOVERNO DO PAÍS PARA GARANTIR DIREITOS”, Atingidos pela Vale, Outubro de 2012. Disponível em: <http://atingidospelavale.wordpress.com/2012/10/29/mocambique-1365-familias-reasentadas-pela-vale-recorrem-ao-governo-do-pais-para-garantir-direitos-2/>